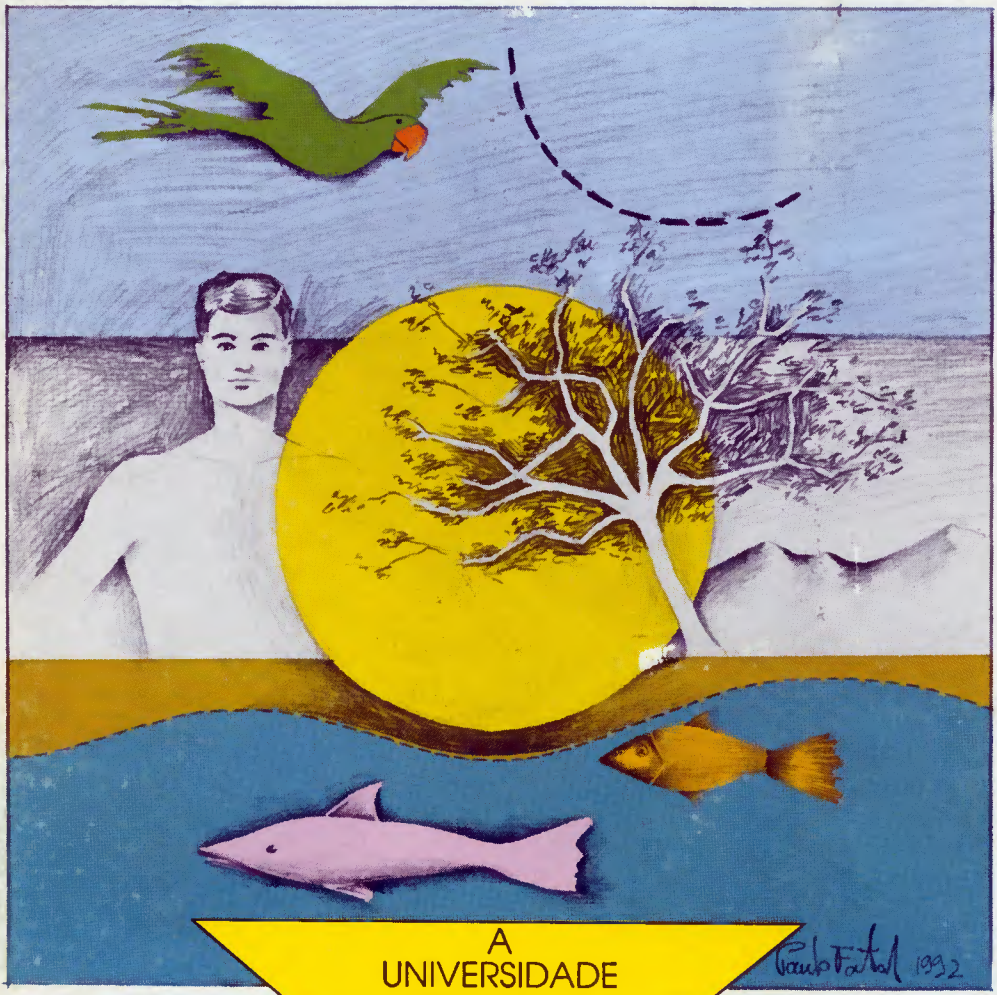
A Reitora **Vanessa Guimarães Pinto,** analisa a crise na UFMG

caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte mai. 92 Nº 5



A UNIVERSIDADE DISCUTE O MEIO AMBIENTE

IMPRESSO

caminhos

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
Maio/1992 - Nº 5

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA:
Presidente: José Maurício Machado da Silva -ICEX - Mat. **1º Vice-Presidente:** Délcio Vieira Salomon -FAFICH - Soc. e Antr. **2º Vice-Presidente:** Carlos Eduardo A. de Castro - (ADO) FAFICH - Soc. e Antr. **1º Secretário:** Herzila Maria de Lima Bastos - FALE - Letras Germânicas **2º Secretário:** Beatriz Alencar d'Araújo Couto - Arq. Urb. **1º Tesoureiro:** José Antônio Armanelli -CP - 1º Grau **2º Tesoureiro:** Júlio Maria de Paulo - FAFAR - Farm. Soc. **1º Suplente:** Elza Machado de Melo - Medicina - Med. Prev. **2º Suplente:** Túlio Jorge dos Santos - ICEX - Física **DEP. ASSUNTOS SALARIAIS, ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLATIVOS** - Elias Antônio Jorge - ICEX - Ciências da Comput. **ASSUNTOS DE APOSENTADORIA** -Ivana Versiani - FALE - Letras Vernáculas - **IMPRENSA E DIVULGAÇÃO** -Luiz Osvaldo Carneiro Rodrigues (LOR) - Ed. Física - Ed. Física - **PUBLICAÇÕES** - Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova - FALE - Semiótica e Teoria da Lit. **ASSUNTOS SINDICAIS** -Laura Stella Miccoli - FALE - Letras Germânicas - **ASSUNTOS DE CARREIRA** -Marildes Marinho Miranda - COLTEC

Conselho Editorial:
Domingos A.Giroletti . Délcio Vieira Salomon . Humberto Coelho de Carvalho . Cleuza Graça Fonseca . Vera Lúcia de C. Casa Nova . José Milton dos Santos.

Gerência:
Vânia Macedo Reis

Apoio:
Fernanda Veloso Torres . Mary Oliveira de Assis

Jornalista Responsável (Edição e Revisão):
Clara Arreguy (reg. prof. nº 3.453-MG)

Ilustrações: Paulo Fatal

Projeto Gráfico, Composição e Arte:
Intermeios (212-2827)

Impressão: Segrac (462-7857)

As opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.
As colaborações deverão ser enviadas à APUBH
Rua Carangola, 300 - Salas 1 e 2 - Coleginho.
CEP: 30.350, Belo Horizonte-MG.
Telefone: (031) 342-3504, Fax: (031) 344-3642

Os artigos terão, no máximo, 120 linhas (ou 5 laudas), datilografadas em espaço 2 com a identificação e endereço do autor para eventual contato.
De comum acordo com os autores, "Caminhos" reserva-se a iniciativa de propor mudanças de títulos e/ou passagens de textos para melhor adequá-los às exigências de caráter editorial.

ÍNDICE



C O N J U N T U R A
Implicação Política da Relativização da Crise Universitária
- Domingos A. Giroletti 05

Miséria Ambiental e Social, o resultado do modelo econômico
- Paulo Roberto P. Bretas 14

Incongruência marca documento do governo brasileiro na ECO-92
- Marcus Pereira de Mello 20



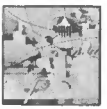
D E P O I M E N T O
Análise das quatro questões da "crise" da Universidade
- Vanessa Guimarães Pinto 26



D E S A F I O S
Desafio brasileiro é a conservação da sua biodiversidade
- Rogério Parentoni Martins 36

Programas ambientais não podem limitar-se às áreas protegidas
- Gustavo A.B. da Fonseca 42

Unidades de proteção na Amazônia precisam de implantação real
- Anthony B. Rylands 47



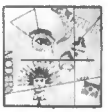
D E B A T E
ONGs contribuem na formulação de novos conceitos e políticas
- Ana Maria P.B. da Fonseca 53

Estação Ecológica supera dificuldades para se consolidar
- Sérvio Pontes Ribeiro 57

Urbanização coloca em pauta a cidade como casa do homem
- Beatriz Couto e João Villaschi 62



C & T
Em discussão um conceito abrangente de saneamento básico
- Léo Heller 68



E N S A I O
Mário de Andrade, o representante do modernismo setentão
- Eneida Maria de Souza 78



E X T R A
Humorista se retrata - ou as mil leituras de uma arte ilegível
- Lor 86

Curral Del Rei
- Ronald Claver 88

EDITORIAL

Universidade entra no debate ecológico e procura esperanças

O tema central do nº 5 de CAMINHOS é o meio ambiente. Essa é uma maneira que encontramos de participar dos movimentos em prol da Eco-92 e dos debates que nela se realizarão. Vamos para onde nossas metáforas nos conduzem. A Universidade pode ser vista como um ser vivo, capaz de perceber e de reagir aos estímulos circundantes. Dentro desta ótica, é dela esperada a sensibilidade para perceber os processos por que, como sociedade, estamos passando, e a capacidade de a eles reagir, superando-os e superando-se a si mesma. A ela compete alertar e propor alternativas - é o que estão tentando expressar nossos autores, através da diversidade de suas manifestações.

Crise é o termo da moda: crise ambiental, crise dos modelos desenvolvimentistas, crise ética, crise energética, crise demográfica, crise política, crise na saúde, crise urbana, crise no campus, crise na educação, crise da Universidade, crise da biodiversidade, crise... Como pais ou cidadãos, beneficiários ou vítimas, estamos mergulhados em todas elas. É crítica nossa situação.

Entre as determinantes responsáveis por essa cadeia de calamidades estão as estruturas do poder. Estruturas essencialmente concentracionistas, tanto em nações ditas desenvolvidas quanto nas subdesen-

volvidas e em qualquer delas, tanto nas macro quanto nas micro organizações, elas são adubo fértil para o desenvolvimento de tecnologias duras, da monocultura, da massificação, do êxodo rural, do totalitarismo tecnocrático, da burocracia alienada e do culto acrítico à ordem injusta e ao progresso perverso.

Precisamos encontrar saídas. Estas podem significar a utilização de saudáveis princípios ecológicos, muitos deles contrários às práticas e costumes que elegemos neste final de milênio. Há quem fale na necessidade de uma renovação espiritual e humana, junto com uma ação mais dirigida para a solidariedade e menos para a competitividade. Não fica, porém, excluída a mineira necessidade da cautela. A ecologia como ciência dos equilíbrios naturais pode (in)advertidamente servir de justificativa para a implantação de um imenso "gulag", regido pela nova pax mundial. Não sejamos corresponsáveis pela propagação do ecofascismo, um outro termo com perspectiva de forte cotação no mercado.

A existência de debates como os promovidos no "V Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente" e no "Green Press" é um sinal de esperança nesse abismo de desespero. Por meio de uma discussão aberta, poderá o público não só se colocar a par dos numerosos problemas que nos afligem, mas também partilhar da tentativa de encontro de soluções.

Facilitar essas discussões e essa participação é uma responsabilidade social de nós, professores, prazerosamente assumida por CAMINHOS.

Os excertos que aparecem ao longo da revista, na forma de boxes ao final dos artigos, são anotações do professor Délcio Vieira Salomon, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Fafich da UFMG, parte de uma tentativa de tese sobre "A Ecologia como Abordagem Transdisciplinar".



CONJUNTURA

- Os perigos de se relativizar a crise da universidade são a grande preocupação expressa pelo texto do professor Domingos Giroletti, do Departamento de Ciência Política
- O economista Paulo Roberto P. Bretas analisa o modelo econômico brasileiro e vê a exclusão social e a miséria ecológica resultantes
- No documento preliminar do governo brasileiro para a Eco-92, o professor do IGC, Marcus Pereira de Mello, encontra um alto grau de discrepâncias e incongruências

DOMINGOS GIROLETTI

Implicação política da relativização da crise universitária

A relativização da crise da Universidade brasileira que viria de longa data tem algumas implicações políticas sérias que merecem reflexão. No momento, a primeira consequência mais óbvia é desqualificar e minimizar perante a sociedade sua gravidade. A segunda consiste em reduzir as responsabilidades políticas do atual Governo face ao seu agravamento no tocante principalmente às Universidades Federais. A terceira é proteger, de forma hábil, o ministro da Educação. Um quarto efeito estaria em transferir o ônus político por qualquer paralisação em defesa da Instituição e de um salário digno, ao "corporativismo" irresponsável.

A sociedade e o Congresso precisam saber que as Universidades Federais estão passando pela pior crise dos últimos anos, correndo-se o risco de ver destruído o que se construiu da Reforma de 1968 para cá. A gravidade da crise atual está bem explicitada no pronunciamento da Reitora da UFMG feito em 2 de abril na Comissão Parlamentar Mista que investiga a "crise da Universidade brasileira" e publicado em sessão específica desta Revista.

Pelo diagnóstico da Reitora infere-se que a gravidade e a novidade da crise atual das Universidades advêm da conjugação simultânea de três circunstâncias nefastas, não aleatórias. A primeira consiste no estrangulamento financeiro, inusita-

do e sem precedentes, provocado pelo contingenciamento orçamentário por parte do Governo Federal. O MEC não repassou 25% das verbas orçamentárias de 1991, aprovadas pelo Congresso. Do orçamento de 1992 somente 4% do montante orçado foram liberados até final de abril.

A segunda característica da crise, segundo a Reitora, expressa-se pela redução drástica do financiamento à pesquisa e pelo atraso no seu repasse. Os recursos despendidos em Ciência e Tecnologia em 1990, primeiro ano do Governo Collor, foram de 28 milhões de dólares contra os 253 milhões de dólares, aplicação de 1975. A redução violenta de 89% poderá, além de inviabilizar quase todos os projetos que vinham sendo desenvolvidos, limitar o financiamento de novos. Mais, das verbas orçamentárias previstas para a pesquisa em 1991, somente 30% foram liberados pelo MEC.

O efeito devastador desta política torna-se mais evidente se se lembrar que a maior parte das pesquisas realizadas no país e produzida por instituições públicas (o financiamento da pesquisa pela empresa privada brasileira ou estrangeira, situada no país, é praticamente nulo, não havendo evidências de que esta disposição se modifique a curto ou longo prazo).

O terceiro aspecto da crise com efeitos não menos desagregadores sobre a Universidade, mencionado pela Reitora, é o violento arrocho salarial imposto pelo atual Governo à comunidade universitária. A folha de pagamento dos professores da UFMG em fevereiro de 1990, último mês em que houve reposição salarial na administração Sarney, era de 12,3 milhões de dólares. A de dezembro de 1991, décimo mês da gestão Collor, estava reduzida a 6,6 milhões. Com relação aos funcionários, o achatamento salarial foi ainda mais drástico.

A dramaticidade desta situação atingiu seu ápice no ano passado, quando o movimento docente foi obrigado, para sobreviver, a recorrer à greve, a mais longa de sua história. Diante da insensibilidade governamental, a paralisação na UFMG prolongou-se por 124 dias, comprometendo o ensino, a pesquisa e a sociedade.

Hoje, sete meses depois, a situação salarial está pior do que a de abril de 1991, quando o movimento paredista foi deflagrado. O reajuste e os ganhos importantes de carreira obtidos com a paralisação de 1991 já foram dilapidados devido à ausência de uma política salarial que proteja os vencimentos da escalada inflacionária, que se mantém num patamar superior aos 20% mensais. Os 100% concedidos em janeiro último e pagos em três parcelas foram tragados pelos 96% de inflação dos três primeiros meses do corrente ano.

Mal iniciado o primeiro semestre de 1992, a comunidade acadêmica passa a viver os mesmos problemas de sobrevivência sentidos no ano

passado. O reajuste de 80%, a ser pago a partir de abril em três parcelas, concedido sob pressão castrense, não deixa de funcionar como paliativo. Objetiva acomodar momentaneamente a caserna, enquanto a corporação com seus ministros luta pela isonomia salarial entre os três Poderes a ser implementada a partir de julho. Como o soldo do escalão militar forma-se a partir do salário do general, a elevação do ordenado deste ao nível dos vencimentos do ministro do Tribunal Superior Militar aumentaria automaticamente a remuneração de todos.

Do ponto de vista civil, os 80% de abril têm a finalidade de abortar os movimentos grevistas, evitando-se maior desagregação da administração pública, em situação caótica desde a reforma irresponsável posta em prática pelo atual Governo no início de sua gestão (o "novo" ministério, mais experiente do que o anterior, está atento ao problema e não pretende agravá- lo). Tal reajuste não trouxe o lenitivo esperado. O "momento de ruptura", previsto pelo depoimento da Reitora da UFMG, poderá acontecer já no decorrer de maio.

Os professores estão em campanha salarial de emergência. Reivindicam uma reposição de 100% acompanhada de uma política salarial que preserve seu poder aquisitivo da inflação futura como condição mínima para que possam dedicar-se integralmente à nobre função de educar e de formar novos quadros para o desenvolvimento do país. O terceiro ponto é o descontingenciamento imediato e preferencial das verbas orçamentárias aprovadas, sem o quê o ensino e a pesquisa tornam-se absolutamente inviáveis.

A dramaticidade desta situação atingiu seu ápice no ano passado, quando o movimento docente foi obrigado, para sobreviver, a recorrer à greve, a mais longa de sua história

Neste particular, cabe perguntar o que têm feito o MEC e os dirigentes universitários para sanar essas três circunstâncias adversas para as Universidades. Se se compara o empenho dos vários ministérios para resolver os problemas atinentes à suas pastas, uma coisa salta aos olhos. Enquanto os ministros militares admitem publicamente o achatamento salarial (que por sinal é o mesmo dos civis) e fazem gestões junto à Presidência e ao Congresso para resolver a situação, o ministro

da Educação (e seu "staff") não se cansa de ir aos jornais e à televisão para dizer à opinião pública que a situação salarial do professor universitário e do servidor nunca esteve tão boa!

A visão otimista do nosso ministro choca-se com a realidade, nua e crua, descrita no diagnóstico da Reitora: o salário de Cr$ 250.035,06 (menos de 100 dólares) pago no início de maio ao professor auxiliar I, base da remuneração das demais classes do magistério, é "o mais baixo de toda a história brasileira".

A conseqüencia mais grave desta situação salarial deprimente é inviabilizar a renovação do quadro dos professores, comprometendo o desempenho futuro e, a longo prazo, a existência da Instituição. Os jovens recém-formados não são mais atraídos pela carreira universitária. É por isto que nos sucessivos concursos para professor inscrevem-se cada vez menos candidatos. Quando os há,são em número insuficiente e, na maioria das vezes, não são os mais aptos. A sociedade precisa tomar conhecimento de todas as dimensões deste problema para que, mais adiante, não nos responsabilize pela perda do grau de excelência que a Universidade deve ter.

As medidas adotadas pelas administrações acadêmicas - contratação de professores aposentados (por ausência dos mais moços), bolsas de pesquisa do CNPq para doutores ou docentes em vias de se aposentar e outras formas de recontratação - não resolvem a questão porque ela não é apenas conjuntural, reflexo do grande número de aposentadorias. Tem uma dimensão estrutural. A renovação dos nossos quadros nos últimos dez anos foi muito lenta, sendo o conjunto do professorado da ativa majoritariamente "balzaquiano".

A capacidade das universidades de formar a massa crítica necessária para repor a própria demanda é pequena e exige tempo. O número de aposentáveis a curto prazo continua muito elevado. Se o custo dos inativos na UFMG é hoje de, aproximadamente, 30% (contra os 20% da USP), este percentual poderá dobrar nos próximos cinco ou dez anos em função do número de aposentados e do volume de recursos necessários para pagá-los. De onde virão estes recursos? Quando isto acontecer, qual vai ser a reação da opinião pública diante do custo do aluno formado nas federais em geral e na UFMG em particular? Se a ineficiência é cobrada agora, imagine-se depois.

Frente a um quadro tão crítico, o que fazer? A primeira tarefa é elaborar um diagnóstico correto que não escamoteie a crise atual das Universidades. A sociedade e o Congresso precisam saber das suas reais dimensões. Qualquer medida para saná-la tem que passar pelo Parlamento, poder que tem sido sensível aos problemas da educação e, em especial, àqueles do ensino superior.

Em termos concretos, quais são as alternativas de ação que se apresentam?

Em relação à crise salarial, deve-se entrar na luta pela isonomia. O MEC, a Instituição Universitária, o movimento docente e dos funcionários têm que se incorporar imediatamente nesta guerra. Não será fácil porque pela Constituição (art.39, parág. 1º), a paridade de vencimentos entre os servidores dos três poderes somente se aplica aos funcionários da administração direta. Porém, o Regime Jurídico Único (art.41, parág.quarto) admite a extensão da isonomia salarial para cargos de atribuições iguais ou assemelhados sem a distinção entre administração direta ou indireta. Este dispositivo legal torna factível a luta dos professores e dos técnicos administrativos pelo benefício.

Além desta brecha, há outras possibilidades, todas demandando mobilização. Primeira hipótese: caso o Governo Federal, ao implementar a isonomia, decida estendê-la aos técnicos administrativos, o aumento de seus vencimentos geraria distorções entre professores e funcionários que precisariam ser sanadas com ajustes salariais concedidos aos docentes para preservar as diferenças de carreira.

Segunda hipótese: se a isonomia atingir apenas determinados profissionais (médicos, dentistas, veterinários) que tenham correspondência com funções exercidas por professores-médicos, dentistas ou veterinários que trabalham em instituições universitárias (como os Hospitais das Clínicas) criará outras distorções salariais com a tabela do magistério. As tensões e as pressões não se estancariam facilmente (nenhuma destas possibilidades será viável se o Governo conseguir aprovar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 56-B/91, parte do "Emendão" em tramitação no Congresso).

A conseqüência mais deprimente desta situação salarial é inviabilizar a renovação do quadro dos professores, comprometendo o desempenho futuro e, a longo prazo, a existência da Instituição

Este é apenas o esboço de um quadro. Como nada cai do céu, especialmente em tempos de neoliberalismo reinante, torna-se necessário desencadear uma intensa mobiliza-

ção dos docentes e técnicos administrativos através das ADs, da ANDES e da FASUBRA, em ações articuladas com outros servidores públicos para que os benefícios da isonomia se estendam às IFES. Nesta batalha, é fundamental o empenho da Instituição Universitária para sensibilizar o MEC e o Congresso. Sem o esforço de todos, a isonomia não se tornará realidade. Mesmo não se vencendo a batalha pela isonomia, a mobilização será importante para impedir a aprovação do "Emendão" e do Projeto específico que trata da autonomia.

O segundo grande embate para preservar o sistema federal unitário de ensino (as IFES) vai se dar ao redor da autonomia, apresentada pelo Governo como a grande panacéia. Não há dúvida de que é uma reivindicação antiga e uma medida necessária. Na Constituinte, a comunidade universitária lutou para que a autonomia fosse incluída na Constituição de 1988 (art. 207). Pensou-se que o dispositivo fosse auto-aplicável. Os mais diversos estudos mostraram, no entanto, que para se tornar realidade demandava legislação complementar ou de regulamentação, que vem sendo tentada através de sucessivos projetos.

O mais abrangente é o projeto de LDB que não só trata da autonomia mas propõe globalmente um sistema de educação para o país. No ano passado, a comunidade universitária viu-se confrontada com duas novas propostas: o "Projetinho" do ex-ministro Chiarelli, que foi para o espaço com o ex-titular do MEC.

A segunda é o "Emendão", conjunto de emendas constitucionais que no entender do Governo Collor seriam fundamentais para retirar o País da crise, inscrevendo-o na modernidade do primeiro mundo.

Por conter propostas de conteúdo diferente, o "Projeto de Reconstrução Nacional" foi desmembrado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em vários. O PEC 56-B/91 trata da "Desregulamentação e da Modernização do Estado", onde se inclui a autonomia universitária e já tem parecer favorável do relator. Devia ter sido votado pela Câmara em 3 de abril último. Sua votação, adiada por quinze sessões, deverá entrar em pauta no final de maio.

Do ponto de vista substantivo, o PEC 56/91 altera o art.207 da Constituição, acrescentando mais um atributo à autonomia, "a gestão de recursos humanos" e inclui mais seis parágrafos que tratam da natureza jurídica, do financiamento e da administração das universidades. Pelo primeiro, as universidades públicas serão transformadas em "categoria específica" da administração pública indireta, dotada de "personalidade jurídica própria".

O segundo prevê a definição de um percentual fixo, não definido (na proposta original falava-se de "parcela fixa"), da receita da União vinculada à educação, mas em contrapartida as IFES arcariam com as

despesas de seu pessoal (ativo, inativo e pensionistas). O terceiro estabelece o teto de 80% para ser gasto com pessoal. Pelo quarto, as universidades poderão contratar estrangeiros nas mesmas condições que brasileiros. Estas disposições constitucionais poderão, pelos parágrafos quinto e sexto, ser estendidas às instituições federais de pesquisa.

Do ponto de vista do conteúdo, a concessão da autonomia desresponsabiliza o governo das obrigações constitucionais de manutenção do ensino público superior gratuito, devendo as universidades procurar junto à comunidade fontes alternativas de financiamento. Leia-se privatização do ensino e de seus serviços, aumento progressivo de taxas, autofinanciamento da pesquisa e da extensão junto às empresas privadas ou às instituições estatais. Retirada a responsabilidade governamental, as IFES estariam, mais do que agora, relegadas à sua própria sorte.

A inclusão da "gestão de recursos humanos" e a criação de uma "personalidade jurídica específica" possibilitam autonomia para definir a carreira, os cargos, os salários, os incentivos e as formas de progressão, bem como a admissão e a demissão de pessoal (brasileiro ou estrangeiro). Por conseqüência, os docentes e servidores estarão automaticamente desvinculados dos dispositivos constitucionais referentes à carreira e do Regime Jurídico Único, perdendo o direito à estabilidade, à aposentadoria (e pensões integrais) e à paridade salarial entre ativos e inativos. A especificação do percentual a ser repassado às universidades e a definição das características do novo ente jurídico demandariam legislação complementar cujo conteúdo se desconhece.

A concessão da autonomia desresponsabiliza o governo das obrigações constitucionais de manutenção do ensino público superior gratuito, devendo as universidades procurar junto à comunidade fontes alternativas de financiamento

Do ponto de vista do mérito, parece que se está diante de um absurdo jurídico, ao se exigir do Congresso a votação de uma emenda consti-

tucional para aprovar um dispositivo já consagrado na Constituição de 1988. O que se impõe como necessário é a legislação complementar, sem o quê a autonomia não se aplica. A alteração constitucional proposta não resolve este problema porque dependerá de outra legislação que venha a regulamentar a matéria. A inclusão da "gestão de recursos humanos" não justifica a emenda porque este atributo poderá ser facilmente inferido da autonomia administrativa ou financeira. Se isto não fosse de todo suficiente, tal dispositivo poderia ser especificado pela legislação complementar, evitando-se, neste caso, o detalhamento desnecessário do texto constitucional.

Se isto não bastasse, há um Projeto de LDB amplamente discutido e em negociação para ir à votação no plenário da Câmara. Estrategicamente, devem-se envidar todos os esforços para que a Constituição de 1988 não seja mutilada nos seus aspectos essenciais. Com relação a esta matéria, continua válida e em vigência a resolução do Conselho Universitário da UFMG tomada em 25 de abril de 1991, opondo-se à "Proposta da Reconstrução Nacional" e à "Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior", que conclamava a comunidade a apoiar o projeto de LDB e a apressar sua tramitação.

Do ponto de vista da correlação de forças, o quadro político está bastante alterado, o que dá ao "Emendão" neste ano eleitoral maiores chances de aprovação. A principal razão da reforma ministerial, com a incorporação de políticos profissionais, mais experientes e de base conservadora, é viabilizar sua aprovação na forma como o Governo quer. A implantação do neoliberalismo esbarra na Constituição "cidadã" de 1988.

É por isto que o Projeto de LDB encontra tantas resistências no Congresso, além daquelas interpostas por razões ideológicas, de interesse ou confessionais. O principal freio à sua aprovação é o próprio Governo. O "staff" do MEC opõe-se a ele e está trabalhando abertamente pela aprovação do PEC 56-B/91. O SENESU já tem pronto um projeto -"Uma Política Nacional para o Ensino Superior" - todo ele calcado na emenda constitucional que disciplina a autonomia universitária, cuja implementação está prevista para 1993.

A comissão da ANDIFES, composta de quatro reitores e especialmente criada para discutir a questão, pronunciou-se favoravelmente à emenda através do documento "Algumas Observações sobre a Autonomia Universitária", de março de 1992. O pronunciamento da Reitora da UFMG é francamente favorável à autonomia, evitando fazer referência ao "Emendão" ou ao Projeto de LDB. A julgar pelo tom, parece estar mais próximo à posição do MEC do que da resolução do seu Conselho Universitário de 25 de abril de 1991. Defender a autonomia sem maiores

considerações de ordem política ou prática, sem uma análise mais aprofundada sobre sua viabilidade, as condições, o ritmo, os riscos (mesmo com a ressalva das "cautelas") significa politicamente que o PEC 56- B/91 já é "parti pris" e a discussão passaria aos adjetivos.

Depreende-se das entrelinhas do documento da Comissão da ANDIFES que os Reitores já dão como certa a aprovação da autonomia. Sua tarefa é preparar-se para viabilizá-la, entrando na competição por uma fatia maior dos parcos recursos do espólio. Não se sabe se a proposta de autonomia foi avaliada o suficiente diante da gravidade da crise que combina as quatro ordens de fatores presentes no diagnóstico da Reitora.

Admitindo que nossas inferências são corretas e se o PEC 56-B/91 não for aprovado, o MEC e os reitores vão continuar impotentes diante da crise porque não dispõem de alternativas dentro do atual quadro constitucional. A autonomia efetivada nas universidades paulistas não se fez a custo da estabilidade, nem demandou um ente jurídico específico, nem acabou com a aposentadoria integral nem com a paridade entre ativos e inativos. A autonomia, para ser implementada, demanda uma lei complementar com previsão clara dos recursos e com especificação dos mecanismos e dos tempos para seu repasse.

Quem garante que, com a autonomia aprovada nos termos do Executivo, o Governo se torne generoso e passe a conceder mais recursos às Universidades ou à pesquisa ou a descontingenciar as verbas orçamentárias aprovadas pelo Congresso? Autonomia ainda que tardia mas não a qualquer preço. A manutenção do ensino superior federal é responsabilidade institucional do Estado e do Governo. A implantação da autonomia não é incompatível com estes parâmetros consagrados pela Constituição de 1988.

Diante deste quadro crítico, é de se perguntar: a que veio o professor Goldemberg?

Domingos Giroletti
Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG

Não basta denunciar o perigo para se precaver contra ele.

(G. A. e S. Z. - prefácio de CASTORIADIS. Cornelius: COHN-BENDIT, Daniel - Da Ecologia à autonomia (De l'ecologie e l'autonomie). Coimbra, Centelha, 1981)

PAULO ROBERTO P. BRETAS

Miséria ambiental e social, o resultado do modelo econômico

O modelo econômico brasileiro, fruto de um processo de industrialização engendrado no seio do Estado, nos deixa como legado o convívio atual com a mais profunda recessão de nossa história. O desemprego, o aumento da marginalidade urbana, as falências e concordatas crescentes, o quebrado setor público, este é o cotidiano vivido no Brasil.

Este mesmo modelo econômico de crises periódicas agravadas pelo fato de ser dependente de capitais externos, tecnologia e produtos energéticos, enriquece poucos em detrimento de muitos. Socializa com muita competência institucional as perdas e os prejuízos. Privatiza, com o auxílio do próprio aparelho administrativo público, o Estado. Deteriora os recursos naturais, agride a biodiversidade e se especializa em produzir a riqueza da elite a partir da dupla devastação dos trabalhadores e da natureza. Como chegamos a este estado de coisas é o que se tentará explicar a seguir.

A partir da crise dos anos 30, se acentuou a presença do Estado na economia brasileira. Fruto de um pacto político com as elites urbanas, voltado para o desenvolvimento industrial, o regime autoritário, surgido a partir do rompimento das forças oligárquicas da República Velha, soube cooptar amplos setores da classe trabalhadora para o projeto nacionalista das elites, que descobriam as vantagens do uso do Estado

para alavancar seu processo de acumulação de capital.

Após uma fase de restauração da democracia de corte liberal-burguês, rompe-se o pacto populista, quando as pressões populares por reformas se manifestam de modo mais agudo. Já aí, o país tem consolidada uma burguesia nacional e multinacional, detentora de capitais que se ampliavam às custas do poder, de compra e investimento estatal, em detrimento da grave situação das massas no campo e nas cidades. Consolida-se também a propriedade de poucos sobre a natureza, fontes de matérias-primas, solo e subsolo, vastas extensões de terra urbanas e rurais.

Inaugura-se no Brasil novo período autoritário, imbuído da centralização de poder necessária para dar prosseguimento ao processo de acumulação de capital e retomada do crescimento industrial.

"O ciclo do autoritarismo tecnocrático-militar, inaugurado em 1964, não seguiu uma direção coerente de política econômica - nem poderia seguir, pois uma disputa de poder, real, que levou o Estado aos limites do autoritarismo extremo e depois o trouxe de volta à abertura, bloqueou a possibilidade de cristalização de um pacto estável de dominação política. Contudo, como essa disputa esteve adstrita ao círculo das elites dirigentes, protegido pelo poder militar das incursões perturbadoras da classe trabalhadora, das classes médias politicamente insatisfeitas e até de certas elites dominantes descontentes, a política econômica teve em seu conjunto uma única coerência: a da exclusão, mantendo segregada dos frutos do processo de desenvolvimento quase metade da população brasileira".(1)

A retomada da expansão industrial sob a ordem militar autoritária consolida a aliança de setores industriais nacionais e internacionais com o aparato tecnocrático, agravando as distorções sociais em termos relativos e em alguns momentos em termos absolutos. Abre caminho para a definitiva privatização do Estado, que age em benefício de alguns poucos e para o agravamento do meio ambiente e da qualidade de vida. "As deliberações governamentais passam a se referir diretamente a interesses particulares de grupos específicos"(2).

Alguém real e concreto, pessoa física ou jurídica, que estabeleceu a propriedade privada sobre a natureza, impede que a maioria decida sobre o que dela deve ser feito e em benefício de quem

O Brasil viu, de mãos atadas, suas portas abertas às empresas poluidoras e intensivas no uso de energia. Caminhou na direção de criar a infra-estrutura necessária à reprodução do grande capital internacional e nacional (telefonia, energia, estrada). Os recursos não se dirigiam à solução dos crescentes problemas sociais. Optou-se pelo modelo do "crescimento com endividamento".

Passada a fase militar-tecnocrática, sente-se o peso da herança deste período: falência do Estado, dívida externa e interna como condicionantes das ações de governo, altas taxas de inflação, déficit social crescente, deterioração do meio ambiente com perda irrecuperável de patrimônio natural, corrupção generalizada nas áreas de congruência do Estado com o capital privado, principalmente nos investimentos públicos em obras e serviços.

Os 60 anos de industrialização tardia, voltada para interesses particulares de grupos específicos, marcaram-se também pela forte contração dos salários, especialmente dos trabalhadores menos qualificados e dos funcionários públicos. Quando não se pode usar mecanismos autoritários para controlar os salários, utiliza-se da inflação como mecanismo de concentração de renda e campo de batalha do conflito distributivo.

"O novo padrão de industrialização, baseado na grande empresa, privada e estatal, nacional e multinacional, na organização oligopolista dos mercados, no dinamismo do setor de bens duráveis de consumo e no crescimento, também rápido, dos setores de insumos básicos e bens de capital, promove importante alteração na composição da classe trabalhadora"(2).

Com a grande indústria, surge uma classe trabalhadora qualificada e com capacidade de se organizar e mobilizar. O sindicalismo muda qualitativamente, assim como os movimentos organizados da sociedade civil.

As forças sociais organizadas, nascentes no centro do passivo social e político do país, têm papel fundamental na mudança do regime, mas não conseguem a hegemonia da sociedade como um todo para evitar a reforma liberal conservadora que, uma vez mais, vem atualmente colocar o poder a serviço das elites.

Pior ainda é o crescente corporativismo dos trabalhadores organizados e dos grupos da sociedade civil, incapazes de ver o sistema como um todo, apegando-se a suas reivindicações imediatistas por melhores salários ou pela solução de problemas menores quando confrontados aos grandes problemas da sociedade brasileira.

O movimento social brasileiro, com seus sindicatos, associações ecológicas, associações de bairro etc, vem perdendo sua força na medida em que se agrava a crise e seus esforços se tornam imediatistas, atendendo não mais a uma lógica de transformação radical da sociedade.

Enquanto isto, as elites ameaçam com a retomada de sua hegemonia sobre as massas despolitizadas, consolidando um quadro de concentração de renda, ameaçando a sobrevivência de pequenos e médios empresários e repassando ao grande capital os segmentos lucrativos do Estado - esse mesmo Estado que foi levado a uma situação de caos por ter-se desdobrado em subsídios e doações, sem falar na corrupção.

Verifica-se no movimento ecológico grande quantidade de pensamentos que variam no amplo espectro político. Poder-se-ia falar um pouco de cada um mas deve-se falar daqueles com os quais a classe trabalhadora poderá se aliar com objetivos de transformação da ordem econômico- social vigente.

Os ecologistas que se colocam no campo hegemônico da classe trabalhadora, das maiorias exploradas e excluídas, procuram resgatar a herança histórica de luta da humanidade pela justiça social, pela democracia e pelo direito à diferença. Afirmam que o desenvolvimento de novas formas de relações sociais envolve também novas formas de relação do ser humano com a natureza.

Dizer que o homem está destruindo a natureza é encobrir a verdade por detrás de uma cortina de fumaça. Dilui as responsabilidades pela devastação do país e do mundo atrás de um homem genérico. Alguém real e concreto, pessoa física ou jurídica, que estabeleceu a propriedade privada sobre a natureza, impede que a maioria decida sobre o que dela deve ser feito e em benefício de quem. Nesse perigoso jogo de privatização da natureza e privatização do Estado, o Brasil edificou, pelas mãos de sua burguesia, uma sociedade que gera riqueza para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos.

A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e da privatização dos benefícios, numa sociedade excludente como a brasileira

De maneira geral, um meio ambiente saudável é incompatível com o nosso modelo econômico capitalista periférico. A preocupação com o enriquecimento rápido, a lógica do mercado e a busca do lucro não podem continuar sendo a base dos valores da população.

Assim sendo, os recursos naturais do planeta e os seres humanos da cidade e do campo não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, com poderes absolu-

tos exercidos pelos donos de capital. Só uma forma coletiva e democrática de utilização dos recursos naturais e mobilização dos homens para o trabalho, em sintonia com o meio ambiente, pode mudar o rumo de um modelo econômico excludente e assumir uma forma de vida solidária com as gerações futuras.

O modelo econômico brasileiro, que vem sendo reformado por agentes do neoliberalismo, em sua versão conservadora e discurso modernizante, não vai questionar o ritmo intenso do processo de produção e sua incompatibilidade com os fluxos naturais de matéria e energia de cada ecossistema, nem com o equilíbrio psico-afetivo do trabalhador.

A obrigação de lutar contra o modelo de crescimento econômico excludente, a luta contra a desigualdade, deve ser a luta para que todos tenham condições iguais para afirmar suas diferenças.

Devemos recusar "uma visão do social que anule o indivíduo. Queremos um social que incorpore a visão de que cada indivíduo é singular, tem sua originalidade".(3)

Dever-se-ia perguntar aos neoliberais se existe mercado competitivo numa economia oligopolizada. Em sociedades onde o poder e a economia são centralizados e monopolizados não é possível deixar que as forças do mercado formem os valores, os gastos e os preços. Assim, é necessário questionar os padrões culturais de consumo que condicionam e são condicionados pelo modo de produção.

A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e da privatização dos benefícios, numa sociedade excludente como a brasileira.

A exclusão criou a cidade clandestina, dos não-cidadãos. Reforçou o trabalhador como mão-de-obra e conseguiu tornar aqueles com carteira assinada uma espécie de elite produtora. Todos os trabalhadores, integrados ou não ao sistema produtivo formal, são seres humanos plenos e complexos, com direitos integrais de cidadania. E todos devem ser agentes da transformação social.

A luta pela mudança do modelo econômico vigente implica no desenvolvimento e apropriação crítica do complexo tecnológico existente. O complexo científico-tecnológico que o conhecimento humano produziu deve ser adequado às particularidades culturais dos brasileiros e ser utilizado para recompor a natureza e não destruí-la.

Por enquanto, o movimento popular e sindical tem-se preocupado com a questão tecnológica basicamente por seu impacto no nível de emprego. "Os ecologistas lançam junto aos sindicatos e à classe trabalhadora a luta política pelas tecnologias limpas e um ambiente de trabalho saudável".(3) É preciso assumir a luta por tecnologias que diminuam e agressão sobre a saúde, a

vida de quem produz e o meio ambiente.

Por fim, o modelo econômico vigente deve ser questionado pela não reciclagem de seus resíduos, pela concentração geográfica de suas unidades produtivas, pelo desperdício e obsolescência precoce planejada.

Como se pode comprovar pela evolução histórica de nosso modelo de desenvolvimento econômico, criou-se no Brasil uma sociedade excludente, que privatiza ganhos e socializa perdas. Que produziu uma elite capaz de se apropriar do Estado e dos recursos naturais em detrimento da maioria da população e das gerações futuras.

A sociedade dos despossuídos se manifesta em todos os níveis, e o conjunto de políticas concentradoras de renda e poder federal, estadual e municipal.

No nível local, o espaço urbano, que hoje abriga cerca de 80% da população brasileira, é a manifestação concreta da sociedade excludente. A maior parte dos terrenos e áreas urbanas está nas mãos de poucos, os desiguais são tratados com igualdade e não há progressividade nos impostos. Os pobres são expulsos para a periferia e cidades satélites, perdendo cada vez mais o acesso às facilidades urbanas (escolas, saúde, lazer etc), assumindo altos custos de transporte e precárias condições de habitação.

A caminhada rumo à mudança social, à sua transformação radical, deve iniciar-se por movimentos capazes de viabilizar a reforma agrária e a reforma urbana, recolocando para cada indivíduo sua cidadania e criando um sistema econômico que, voltado para a qualidade de vida, se coloque em frontal respeito à natureza, contrário ao consumismo e ao desperdício, comprometido com as gerações futuras, com a recomposição de áreas degradadas e a despoluição.

Esta é a tarefa a ser assumida por uma força hegemônica que possa fazer a crítica transformadora da sociedade.

REFERÊNCIAS

(1) TAVARES, M. C. e ASSIS, J. C., O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

(2) ABRANCHES, S. H., Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

(3) Princípios básicos para uma sociedade ecossocialista ou Manifesto Ecossocialista, Sub-Secretaria Nacional dos Ecologistas do PT, Secretaria Nacional de Movimentos Populares, cópia mimeografada, 1992.

Paulo Bretas
Pesquisador do Cedeplar da FACE

MARCUS PEREIRA DE MELLO

Incongruência marca documento do governo brasileiro na Eco-92

O documento "Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", elaborado em julho de 1991 a partir da contribuição de mais de 70 textos, escritos por vários pesquisadores, cientistas e entidades, abarca um amplo espectro ideológico. Por isto, no documento, observam-se variados graus de incongruência e divergências. Mas apesar do emaranhado político-ideológico e das discrepâncias de dados e análises, é clara a intenção oficial.

O relatório inicia detalhando algumas questões de significado indiscutível, como as pressões antrópicas sofridas pelos diversos biomas, o desmatamento, a desertificação, a biodiversidade e alterações climáticas, trata ainda de questões muito específicas como, por exemplo, o transporte de produtos químicos e resíduos tóxicos. Questões importantes como participação do capital estrangeiro nas atividades econômicas mais poluidoras, a energia nuclear e os problemas decorrentes dos grandes projetos hidrelétricos são abordadas com superficialidade. No documento, é notório o desequilíbrio no tratamento entre questões de peso semelhante e a supervalorização de outras menos relevantes.

A produção do espaço é concebida pelo ângulo da geopolítica ao buscar "a remoção dos obstáculos

materiais, políticos e ideológicos à expansão capitalista moderna". Sua materialização se daria a partir da imposição no território nacional de uma poderosa malha de duplo controle, técnico e político, que poderia ser classificada de "malha programada".

Nele, a escassez de recursos e fronteiras - característica da "sociedade global de fins de século" - é vista como ameaça à estabilidade da civilização. A expansão da base econômica seria um fator determinante da estabilidade das instituições. O documento retoma o discurso dos "limites do crescimento", numa ótica terceiro-mundista de enfrentamento norte-sul. Introduz o conceito de "transição ecológica", desdobrando-a em termos tecnológicos, sociológicos, filosóficos e políticos.

A produção do espaço

As análises expressas no Documento ganham maior nitidez se forem confrontadas com conceitos tais como o cunhado por Henry Lefebvre: "produção do espaço". Sob seu ponto de vista, já é necessário se falar de um outro sistema de produção, que não se definiria através da propriedade e gestão coletiva dos meios de produção, mas sim pela gestão coletiva do espaço.

Na produção capitalista, há que se reconhecer a existência de um suporte espacial cuja base de reprodução seria engendrada por agentes bem definidos: planejadores, banqueiros, urbanistas, arquitetos, proprietários fundiários, autoridades políticas e usuários. O modo de produção capitalista utiliza-se dos espaços antigos, integrando-os, e investe seu saber na gestão de um novo, no solo, no subsolo, em termos de recursos e até no espaço aéreo.

Já é necessário se falar de um outro sistema de produção, que não se definiria através da propriedade e gestão coletiva dos meios de produção, mas sim pela gestão coletiva do espaço

Assim pode deteriorar o antigo e o transforma para permitir o advento do "modo de produção estatal". Ao longo desse processo, o espaço perpassa as forças produtivas, as relações de produção e de propriedade, a ideologia, os instrumentos de poder político, a produção, realização e repartição da mais-valia.

Diante da crise, o Documento questiona o "estilo de desenvolvimento internacionalizado", "determinado em grande parte pela adaptação do modelo tecnológico das empresas transnacionais" e, ao mesmo tempo, as isenta de qualquer responsabilidade, porque não deriva de "uma estratégia de dominação destas" mas da "tendência homogeneizadora da economia mundial (...) não necessariamente prevista pelas empresas e tão pouco sujeita ao seu controle". É como se a economia mundial fosse um ente à parte das empresas transnacionais. A tendenciosidade do raciocínio é flagrante. É impressionante a desenvoltura em se explicitar que "a contribuição da nossa desordem ecológica para a desordem global é ainda desprezível". Como podem ser desprezíveis o desenvolvimento desigual, os impactos sócio-ambientais e econômicos de uma economia internacionalizada em um país de terceiro mundo?

O local e o mundial

O documento relativiza os efeitos locais e mundiais do desmatamento de 252.000 km^2 entre 1978 e 1990. Tecnicamente falando, não é possível negar as conseqüências na atmosfera de um fenômeno de tal magnitude. Vale lembrar que a única corrente de ar de origem continental é a Equatorial e esta é gerada sobre a Amazônia, ligando o "local" com o "mundial", já que é um fator garantidor de invernos menos rigorosos no norte europeu. Aliás, é sintomático, no documento, a ausência da questão climática. Tal análise é no mínimo incongruente porque circunscreve como "local" um fenômeno ambiental que interage com ecossistemas e ocorre na Amazônia Legal, que equivale à metade da superfície da Europa. Mas sabe-se que ali estão, dos restantes 60% de florestas tropicais úmidas, 40%. Portanto, quando se trata de meio ambiente, não é possível separar o "local" e o "mundial", especialmente quando se fala da Amazônia.

Outra contradição facilmente observável é aquela que contrapõe o "estilo de desenvolvimento internacionalizado" (por suposto, extensivo a todos) baseado na grande empresa multinacional, mas responsabiliza "quase exclusivamente" os países desenvolvidos pela "maioria dos problemas considerados globais (chuva ácida, efeito estufa e destruição da camada de ozônio)". É como se compartilhássemos do estilo de desenvolvimento, sem compartilhar de suas conseqüências; é um raciocínio internacionalmente equivocado. Ao repudiar os condicionantes ambientais para efeito de financiamentos internacionais, o Documento destaca a "impossibilidade de individualizar uma realidade (ambiental) que não respeita as fronteiras nacionais".

O Documento ressalta ainda a substituição da "economia de fronteira" de expansão ilimitada pela "e-

conomia de astronauta", que tem limites rígidos de crescimento. Pouco mais adiante, o termo "fronteira" é retomado no primitivo significado para justificar um estilo de desenvolvimento. Em torno do termo "fronteira", articula-se todo um raciocínio da inevitabilidade da ocupação de todo o território brasileiro, ligado à retomada da ideologia de segurança nacional. Torna-se claro que determinada porção do território só pode ser considerada "fronteira" pelos que avançam sobre ela ocupando-a e expulsando seus antigos habitantes. Para os que tentam permanecer, ela é um refúgio.

O relatório destaca com clareza que os problemas ambientais são oriundos do subdesenvolvimento/desenvolvimento desigual e que não constituem um problema técnico, mas sim social e político. Por outro lado, ressalta que o desenvolvimento supõe o "fortalecimento da democracia mas, ao mesmo tempo, a necessidade de estabilizar a economia". Justapõem-se aspectos globais e conjunturais, subordina-se a evolução social à economia, o meio ambiente à questão nacional e ao desenvolvimento. A estratégia brasileira é clara, a ecologia é uma questão de soberania nacional que só pode ser mantida se se garantir o desenvolvimento que supõe a expansão da fronteira interna, mesmo com a degradação intensa do meio ambiente.

Como podem ser desprezíveis o desenvolvimento desigual, os impactos sócio-ambientais e econômicos de uma economia internacionalizada em um país do terceiro mundo?

O conteúdo geopolítico nacionalista se revela ainda mais quando rejeita "propostas de estabelecimento de autoridades supranacionais para supervisionar o uso de recursos naturais". (É como se já não vivêssemos em uma sociedade internacionalizada, explorada e subordinada aos interesses externos. É como se a produção nacional e a produção do suporte espacial no território brasileiro não fossem voltada para o pronto atendimento dos interesses internacionais). Mais uma vez, o discurso do controle interno, da "soberania nacional", permeia a concepção geopolítica do relatório; não há como desconhecer a escalada do mais retrógrado raciocínio na busca do "inimigo interno" que pretende entregar o país aos estrangeiros. Direciona-se o discurso contra a inter-

ferência estrangeira, mas visa-se criar as condições internas para se implantar um controle autoritário. Situação velha conhecida dos sempre oprimidos setores populares da sociedade brasileira.

Para termos uma idéia de como a situação ambiental no país é tratada, basta observar que, dos 8.511.996 km^2 do território brasileiro, 1.053.492 km^2 (12,4%) já estão comprometidos com a exploração mineral (pesquisa ou lavra) e apenas 118.809 km^2 (1,4%) possuem qualquer tipo de proteção ambiental (parques e reservas, incluindo-se aí as marinhas). (Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1989).

Veja-se bem o significado desses números: se compararmos o uso do subsolo (que é de responsabilidade de 1.245 empresas mineradoras) com a superfície "destinada à preservação" - que seria teoricamente de 150 milhões de brasileiros -, veremos que a área destinada às empresas é quase nove vezes maior do que a destinada à população! Isso significa que, em média, cada empresa teria o direito sobre 846,2 km^2 e cada brasileiro sobre 0,008 km^2, uma relação 105.775 vezes maior para as empresas!

A questão ecológica, se adequadamente posicionada na escala mundial da produção do espaço, poderá tornar-se um novo paradigma para os movimentos sociais. Saber pensar o espaço para nele combater, como já disse certa vez Yves Lacoste, poderia substituir com qualidade o questionável lema "pensar globalmente, agir localmente".

A Rio-92 será, sem dúvida, um instante privilegiado para discussão e ação. Seus desdobramentos podem dar mais força a uma revisão da partilha internacional dos recursos naturais. A perspectiva aponta no sentido de uma maior autonomia e melhoria da qualidade de vida.

Na questão ecológica, primeiro e terceiro mundos se fundem num mundo só.

Marcus Pereira de Mello
Professor do Departamento de Geografia
do Instituto de Geociências da UFMG

A ecologia faz renascer a relação esquecida e oculta da sociedade com a utopia. Utopia entendida como desejo de mudança e horizonte da nossa actividade, sem prejudicar a possibilidade de materialização efectiva dessa mudança.

(CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel - da Ecologia à autonomia (De l'ecologie a l'autonomie). Coimbra, Centelha, 1981)



DEPOIMENTO

■ A reitoria da UFMG, Vanessa Guimarães Pinto, analisa a situação da Universidade, constatando que se trata mais de problemas perenes do que propriamente de uma "crise"

VANESSA GUIMARÃES PINTO

Análise das quatro questões da "crise" da Universidade

O "Aurélio" registra doze sentidos diferentes para a palavra "crise" e pelo menos dois deles aplicam-se com propriedade à situação da Universidade Pública brasileira. O primeiro é o que identifica crise como sendo um "estado de dúvidas e incertezas"; o segundo a caracteriza como sendo uma "fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias". O que difere a situação das universidades do conceito geralmente aceito para a palavra "crise" é que, no caso dessas instituições, o "estado de incertezas" e a "fase difícil, grave" não têm sido apenas momentâneas ou episódicas, mas têm apresentado uma forte característica de perenidade. Seria o caso, então, de se falar numa "crise permanente", o que, em certo sentido, é um contra-senso.

A expressão "crise da Universidade brasileira", largamente empregada há anos, deve ser, portanto, relativizada, pois se de um lado é certo que a Universidade brasileira enfrenta problemas setoriais, de outro é também verdade que ela possui algumas faces e atividades que em nada se aproximam de uma situação crítica. Dada a perenidade dos problemas que a Universidade brasileira vem enfrentando - e podemos afirmar que eles persistem, com pequenas nuances de diferença, pelo menos nas duas últimas décadas - não devemos falar da "crise" da Universidade, mas sim dos problemas que essa instituição enfrenta. E isto

não é mera questão semântica, é uma questão de fundo.

Os problemas da Universidade Pública brasileira podem ser, para efeito didático, divididos em quatro grandes questões: a orçamentária, a do financiamento à pesquisa, a salarial e a institucional.

Tenho ouvido com freqüência, no âmbito da Universidade - e o noticiário dos veículos de comunicação repete isto - que "a crise financeira nunca foi tão grande". E realmente essa situação está hoje agudizada, a ponto de ser reconhecida como crítica, bastando para ilustrar isto lembrar que até abril de 1992 o governo ainda não havia liberado todos os recursos que foram incluídos no Orçamento do ano anterior pelo Congresso. No caso específico da UFMG, deixamos de receber cerca de 25% do orçamento de 1991. Quanto ao orçamento de 1992, no quarto mês do ano apenas 35% dele foram implantados e a liberação de recursos estava em apenas 4%.

Não há necessidade de ser especialista em administração pública para perceber como uma situação destas é desastrosa para quem tem a responsabilidade de dirigir uma instituição como a Universidade.

De qualquer forma, se a situação atingiu neste momento um ponto realmente insustentável, convém não esquecer que esta não é a primeira vez que se fala na "crise" orçamentária e financeira das universidades. Essa crise remonta aos anos 70 e tem-se repetido a cada ano, sendo uma das responsáveis pela deflagração de inúmeros movimentos grevistas desde então, além de gerar movimentos de solidariedade de amplos setores sociais. A despeito de tudo, a situação de hoje difere quase nada de 15 ou 20 anos atrás. Nós, reitores, continuamos, em nosso dia-a-dia administrativo, obrigados a conviver com dificuldades para resolver problemas elementares, como o pagamento das contas de água, luz, telefone e a compra de material indispensável ao funcionamento da nossa instituição, como giz e papel.

Quando a comunidade universitária vem a público reclamar por mais verbas não está clamando por privilégios grandiosos, mas apenas tentando garantir seu direito à sobrevivência

É de propósito que cito exemplos tão prosaicos: primeiramente para deixar claro que, quando a comunidade universitária vem a público reclamar por mais verbas, não está clamando por privilégios grandiosos, mas apenas tentando garantir seu direito à sobrevivência; em segundo lugar, porque as demais dificuldades geradas pela insuficiência orçamentária e pela incerteza do repasse financeiro - como a não renovação adequada dos acervos bibliográficos e dos laboratórios e a manutenção e recuperação de prédios - são de mais difícil visualização e serão abordadas em outro capítulo deste artigo.

A segunda questão grave é a do financiamento à pesquisa básica e tecnológica que, como se sabe, no Brasil é feita quase com exclusividade pela Universidade Pública.

A exemplo do que ocorre com a situação orçamentária, a questão do financiamento à Ciência e Tecnologia no país caminha para um momento insustentável, embora venha também de longa data. Menos de um terço dos recursos previstos para aplicação em pesquisas durante o ano de 1991 foi liberado pelo governo, que é praticamente o único financiador que temos. O resultado é que os grupos de pesquisa ficaram paralisados ou viram perderem-se alguns trabalhos que vinham desenvolvendo há mais tempo e que, como quase tudo na área de pesquisa, são de longa maturação.

O pior é que as conseqüências desse processo não são mensuráveis e nem evidentes no curto prazo. Elas só aparecem no médio e longo prazos e o custo maior quem vai pagar é a população e o próprio país.

Vou citar um exemplo porque confio no seu poder didático. Uma professora da Faculdade de Farmácia da UFMG, trabalhando em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz e com a Universidade de Munique, na Alemanha, conseguiu há pouco tempo identificar cinco plantas brasileiras - especialmente da região amazônica - que possuem substâncias ativas no tratamento e na prevenção da malária. Para prosseguimento dos estudos, entretanto, ela precisa de novos investimentos, inclusive para realizar alguns exames na Alemanha, em equipamentos não disponíveis no Brasil. Mesmo tendo seu projeto aprovado pelos órgãos competentes, ela não obteve os recursos para prosseguir o trabalho.

Essa professora, é claro, sofre com o problema, mas o sofrimento maior, certamente, é o dos milhares de brasileiros - foram 500 mil casos registrados em 1989, por exemplo - que anualmente são acometidos pela doença e que vêem mais distante a possibilidade de uma solução melhor para o problema. Hoje, eles não contam com qualquer preventivo para a malária e a doença tem que ser tratada com produtos importados, um dos quais é altamente tóxico.

Exemplos como este, com certeza, podem ser encontrados às de-

zenas nas principais universidades públicas brasileiras. Isto não tem sido suficiente para sensibilizar as autoridades que detêm o poder sobre os recursos do país e decidem para onde eles devem ser canalizados.

O processo de esvaziamento do setor público de Ciência e Tecnologia também não é novo. Em 1990, por exemplo, último ano para o qual são disponíveis dados consolidados sobre recursos liberados, o investimento em pesquisa feito através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, que concentra quase a totalidade das verbas federais para o setor, foi de algo equivalente a 28 milhões de dólares. Esta cifra corresponde - pasmem! - a apenas 11% dos 253 milhões de dólares que haviam sido aplicados em 1975, quinze anos antes, ano em que mais nos aproximamos de um investimento razoável no setor.

Como têm sido freqüentes as comparações entre a Universidade brasileira e suas congêneres de outros países, especialmente as norte-americanas, sempre para desvantagem nossa, vou usar também esse expediente de comparação, citando dados que são omitidos pelos nossos críticos. Apenas o Instituto de Massachussets - o famoso MIT - tem no seu orçamento de pesquisa anual cerca de 250 milhões de dólares. Isto significa, em linguagem bem simples, que apenas um Instituto de Pesquisa dos Estados Unidos recebe dez vezes mais recursos do que todos os grupos universitários brasileiros reunidos. E nem é possível dizer que lá são as empresas privadas que fazem o maior investimento porque isto não é verdade, no caso das universidades. Os investimentos industriais privados em universidades norte-americanas representavam, por exemplo, em 1985, apenas 4% dos investimentos do governo federal.

Apenas um instituto de pesquisa dos Estados Unidos recebe dez vezes mais recursos do que todos os grupos universitários brasileiros reunidos

A terceira questão que merece ser abordada dentre os problemas estruturais da Universidade brasileira é a salarial. Como as outras duas, também não é nova. Como elas, está também próxima de um momento de ruptura. E, mais uma vez como as outras duas, tem atravessado os anos sem que seja encontrada para ela uma solução duradoura razoável.

É histórica a defasagem salarial dos servidores das universidades federais brasileiras. Ao longo desses últimos 20 anos, houve até momentos de relativa estabilidade, como, por exemplo, em 1987, por ocasião da implantação do novo quadro de pessoal. Esse e os outros momentos de relativa estabilidade, entretanto, só foram conquistados à custa de movimentos grevistas, alguns atingindo níveis traumáticos e todos causando forte desgaste institucional e prejuízos a toda a sociedade.

Mais uma vez vou citar dados concretos, pois eles são por si mesmos eloqüentes o suficiente para demonstrar a que nível chegou a situação salarial dos servidores universitários. O salário inicial de um professor nas universidades federais, em regime de 20 horas semanais, está hoje (março de 92) em exatos Cr$ 250.035,06, valor que equivale a pouco mais de duas vezes o salário mínimo vigente no país, que é, como sabemos, o mais baixo de toda a história brasileira.

As despesas com pessoal docente na UFMG, por exemplo, caíram de 12,3 milhões de dólares em fevereiro de 1990 para apenas 6,6 milhões em dezembro de 1991, incluindo os aposentados e pensionistas. Como durante todo o ano de 91 houve um grande número de aposentadorias, parte das quais obrigando à reposição do pessoal, fica fácil concluir que essa redução de quase 50% no valor global da folha de pagamentos foi conseguida à custa de violento achatamento salarial. A redução em relação ao pessoal administrativo é ainda maior: o valor global da folha caiu de 9,1 milhões de dólares em fevereiro de 1990 para 3,8 milhões em dezembro de 91. Levando-se em conta que o reajuste aplicado sobre os salários dos servidores das universidades foi de 100%, divididos em três parcelas, nos meses de janeiro, fevereiro e março, concluímos que estamos agora ainda muito abaixo do nível salarial de dois anos atrás.

Quero destacar que, ao contrário do que muitas vezes se apregoa, as universidades federais não vêm aumentando seu quadro de pessoal. Ao contrário, vêm sofrendo uma redução efetiva no quantitativo. Apenas nos dois últimos anos, a UFMG teve uma redução de quase 20% em seu quadro de professores na ativa. Em fevereiro de 1990, a universidade tinha 2.978 professores e em fevereiro deste ano esse número era de apenas 2.594. Embora menor, houve redução também de pessoal administrativo, cujo total caiu, no mesmo período, de 4.730 para 4.249.

Houve, portanto, esforço para aumentar a produtividade da instituição, mas apesar disto e de os níveis salariais encontrarem-se em patamares tão baixos, os gastos com pessoal em nossas universidades vêm superando a casa dos 90% do orçamento total. Esse dado, aliás, é citado com freqüência pelos que pretendem apresentar as universidades federais como instituições inefi-

cientes, que gastam muito e produzem pouco. Creio ter deixado claro aqui, com os dados que acabei de citar, que a situação não é bem assim. As universidades têm problemas, sim, mas o seu esforço em aumentar a produtividade, em melhorar a relação entre o número de professores e funcionários e o de alunos tem sido muito grande e os resultados não tardarão a aparecer.

Ainda no capítulo da questão do pessoal, é preciso registrar o enorme esforço feito pelas universidades para qualificação de seu pessoal docente. O número de mestres e doutores na UFMG, por exemplo, praticamente triplicou durante a década de 80, enquanto o número total de professores manteve-se inalterado. Cresceu significativamente, ainda, o número de docentes em regime de dedicação exclusiva, que hoje representam cerca de 70% dos professores.

E, finalmente, é preciso não esquecer que nos dois últimos anos as universidades passaram a ter incluídas em seus orçamentos as despesas com todo o pessoal inativo e pensionistas, o que antes ocorria apenas com os estatutários. Com isto, a participação desse grupo no valor global da folha cresceu muito. Em fevereiro de 1990 eles significavam 15,2% da folha, em fevereiro do ano passado já eram 22,5% e em fevereiro deste ano as despesas com os inativos e pensionistas atingiu a casa dos 31,5%.

O quadro docente da UFMG sofreu redução de 20% nos dois últimos anos. O de pessoal técnico e administrativo também caiu. Houve, portanto, esforço para aumentar a produtividade

Todas essas variáveis devem, sem dúvida, entrar nas análises que são feitas sobre o problema de pessoal das universidades, sendo até leviano simplesmente afirmar-se que as universidades gastam demais com pessoal. A relação existente, em que mais de 90% do orçamento são consumidos com despesas de pessoal, é realmente preocupante. Mas é preciso não esquecer que esse número persiste a despeito de as universidades já terem feito redução de pessoal e de terem investido muito na qualificação de seu pessoal. O esforço, portanto, deve ser feito no sentido não só de aumentar os níveis salariais, mas também os recursos destinados ao custeio, única forma de modificar essa relação percentual.

A quarta questão em que se pode enquadrar a soma de problemas da Universidade Brasileira é, também, a mais importante delas, pois de seu correto equacionamento dependerá a solução dos demais. Trata-se da questão institucional, da definição mesma da identidade da Universidade e da compreensão que a própria instituição vier a ter sobre o papel que tem a cumprir na sociedade.

Creio não haver mais dúvidas de que o atual modelo de organização jurídica das universidades federais está esgotado. Esse modelo tem sido, em largo sentido, um dos responsáveis pela fragilização da instituição, de vez que lhe retira a autonomia de gestão administrativa e financeira, com repercussão na autonomia didática e de pesquisa.

É certo, entretanto, que, mesmo dentro desse modelo castrador, a Universidade Brasileira soube, ao longo de seus pouco mais de 60 anos de existência, construir uma história que não a envergonha. Uma história, todavia, feita à custa de muitos heróis e até mesmo de alguns mártires, que se sacrificaram na resistência às tentativas de cerceamento externo.

Não vou me deter em exemplos, mas convém não esquecer nosso passado recente, nos idos dos anos 60 e 70, em que muitas das nossas universidades federais tiveram seus projetos acadêmicos e de pesquisa profundamente afetados por decisões que nada tiveram a ver com o interesse da sociedade. Falo, sim, da aposentadoria e do banimento científico de muitos de nossos cérebros, impostos pela intolerância política. Mas falo também da imposição de currículos e de "reformas" e até mesmo do aumento compulsório do número de vagas em alguns cursos, por meros caprichos de governantes.

Alguns tipos de violência que continuam sendo cometidos contra a instituição são menos evidentes, mas igualmente danosos. Se é fato que já não sofremos pressões políticas, não é menos certo que continuamos sofrendo ações administrativas que também afetam nosso projeto. Já citei aqui neste depoimento dois fatos que reputo da maior gravidade. O primeiro é que nosso orçamento, ainda que amplamente discutido e aprovado pelo Congresso, simplesmente deixa de ser executado, sem que possamos fazer qualquer coisa a respeito. Os recursos são contingenciados sem que haja qualquer legislação que garanta tal contingenciamento e mesmo o recurso não sujeito a essa restrição simplesmente não nos é enviado, gerando uma situação de absoluta incerteza e insegurança na administração.

O outro fato grave é o aniquilamento progressivo da pesquisa, também aqui através da retenção de recursos, embora estes tenham sido previamente aprovados pelo Congresso. A conclusão a que podemos chegar é que, se antes estávamos submetidos à tirania da intolerância política, agora o que nos submete é a vontade administrativa da área e-

conômica, que não hesita em ignorar a vontade do Congresso, para garantir o cumprimento de metas de administração.

Citei dois tipos diferentes de violência praticada contra a Universidade, em momentos distintos de nossa história, exatamente para tentar demonstrar que a instabilidade, a incerteza, é intrínseca ao modelo vigente, que nos deixa de mãos atadas para solução de nossos problemas, a respeito dos quais, na maioria das vezes, temos pleno conhecimento. O modelo, como já disse, está falido e merece ser questionado e "desconstruído", de tal maneira que em seu lugar surja um novo, capaz de dar às universidades a condição de que necessitam para a execução de seu projeto, dentro das exigências contemporâneas.

A construção desse novo modelo inclui, necessariamente, a autonomia universitária, já tão decantada em prosa acadêmica e em textos legislativos mas ainda tão distante de nossa realidade. A autonomia universitária já foi discurso de resistência, já foi objeto de teses, ensaios e "papers" de especialistas, já foi objeto de documentos de Conselhos Universitários e Congregações, já foi objeto de estudos e mais estudos. Desde outubro de 1988, ela é um preceito constitucional deste país.

A despeito de tudo isto, ela ainda não é uma realidade. Por quê?

Creio que este é o momento para que essa questão da autonomia seja assumida por nós, sem máscaras, sem subterfúgios.

Disse que a autonomia universitária já foi bandeira de resistência e hoje, olhando na perspectiva histórica, podemos perceber que essa resistência, se foi decisiva para a preservação da Universidade, hoje parecerá apenas romântica, se continuarmos insistindo na mesma argumentação e na simples repetição de palavras-de-ordem. O tempo é novo, a situação é nova e ambos exigem abordagens novas.

Se antes estávamos submetidos à tirania da intolerância política, agora o que nos submete é a vontade administrativa da área econômica.

A autonomia - especialmente a de gestão financeira e administrativa - será algo novo para a Universidade e, como tudo que é novo, implica alguns riscos. Enfrentar esses riscos é um dever de contemporaneidade

nosso. Não sei, por exemplo, até que ponto podemos nos fechar na idéia de que só queremos a autonomia desde que tenhamos a garantia de que não nos faltarão recursos de forma alguma.

É preciso, sim, que o novo modelo de autonomia seja implantado com cautela, de modo a não provocar a descontinuidade do projeto universitário, que não se constrói do dia para a noite. Isto não significa, entretanto, pretender viver uma situação de privilégio absoluto, imune a qualquer tipo de percalço.

Essa idéia do risco implícito na proposta, portanto, é uma das idéias de que não podemos fugir neste momento. Assim como também não podemos nos deixar levar em aventuras que podem mergulhar a Universidade Pública em uma situação de tamanha confusão que a leve ao esfacelamento.

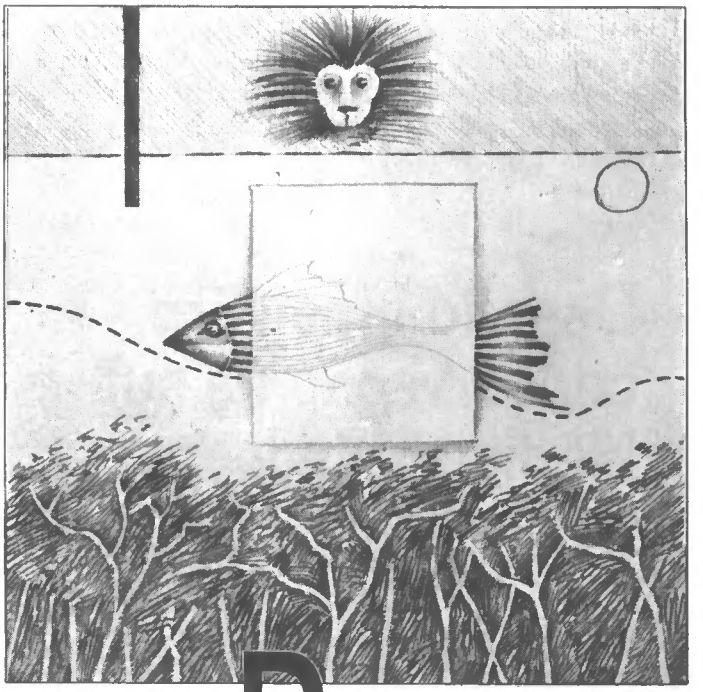
Para que isto não ocorra, creio que será necessário aprofundar o debate sobre o papel que cabe à Universidade Pública, sobre sua própria identidade, cujo conceito entre nós tem sido muito confundido com o de uma instituição estatal. Se queremos uma Universidade Pública, devemos pretendê-la comprometida com os interesses da sociedade, cabendo a esta assumir seu controle e determinar seu caminho.

Os estudos já feitos sobre a questão da autonomia são, no meu entender, suficientemente esclarecedores sobre os muitos problemas que poderão advir quando da implantação do novo modelo. Cabe-nos apenas aperfeiçoar tais estudos, detalhando-os e partindo para uma etapa de negociação em torno do modelo possível, que signifique o equacionamento duradouro da maioria dos problemas da Universidade Pública.

Quando digo que deve ser dado início a uma etapa de negociação, é porque acredito que a definição do assunto não será tarefa exclusiva nossa, dos que estamos dentro da Universidade. Essa é uma tarefa que compete à sociedade e na sua definição devem estar envolvidos os amplos setores que representam a sociedade. O Poder Executivo, o Congresso Nacional e os mais variados setores sociais - como os partidos políticos, os sindicatos e outras entidades - que têm responsabilidade sobre os destinos do país devem envolver-se no debate e tomar posição a respeito.

A autonomia da Universidade pública brasileira, para produzir os resultados que esperamos dela, terá que resultar de um amplo entendimento social. Só assim a Universidade, essa instituição ímpar da vida das nações, poderá cumprir plenamente o seu papel.

Vanessa Guimarães Pinto
Reitora da UFMG



DESAFIOS

■ A conservação da biodiversidade é o grande desafio do país, nos estudos dos professores Rogério Parentoni Martins, Gustavo A. B. da Fonseca e Anthony B. Rylands, todos do ICB

ROGÉRIO PARENTONI MARTINS

Desafio brasileiro é a conservação da sua biodiversidade

Atualmente, devido ao impacto resultante de um desenvolvimento tecnológico sem precedentes, a estabilidade do meio ambiente está mais do que nunca ameaçada. Substâncias químicas poluidoras destróem as cadeias alimentares aquáticas e terrestres. A exploração não planejada de recursos acarreta modificações intensas ou irreversíveis ao meio ambiente. Com a remoção de grandes quantidades de vegetação nativa, dezenas de espécies animais e vegetais são extintas, sem que tenhamos a oportunidade de estudá-las.

Esse quadro torna-se ainda mais preocupante porque os países onde existem as maiores concentrações de recursos orgânicos diversificados são aqueles que mais precisam incrementar a sua qualidade de vida. Obviamente, desenvolvimento implica em utilização de recursos naturais. Por isso, um desafio é imposto a estes países (entre eles o Brasil): desenvolver-se conservando a riqueza de espécies de animais e plantas, em grande parte desconhecidos pela Ciência.

Se a conservação da biodiversidade for considerada de interesse público, torna-se necessário compreender os diversos aspectos científicos e sócio-econômicos que lhe são relacionados, para que se possa opinar com fundamento acerca dos projetos de desenvolvimento regional ou nacional.

Em especial nas florestas tropicais úmidas, onde a biodiversidade é alta e onde os recursos minerais ou orgânicos são economicamente viáveis, o planejamento deve ser cuidadoso e incorporar o conhecimento ecológico disponível.

O termo biodiversidade foi recentemente incorporado à literatura especializada(1). Entretanto, sua disseminação parece correr de uma maneira rápida, não só através de artigos de divulgação, mas também de meios de comunicação de massa. A biodiversidade está cada vez mais associada a outros dois termos mais difundidos, manejo e conservação. Em um futuro próximo, tanto quanto a palavra ecologia é atualmente, o termo biodiversidade será de uso comum e incorporado com bastante rapidez ao vocabulário cotidiano.

É de se esperar que em regiões com um alto número de espécies exista maior biodiversidade ou maior variedade de formas de seres vivos. Embora aparentemente indistinta do conceito de riqueza ou diversidade de espécies, a idéia de biodiversidade é mais ampla, pois incorpora também a diversidade de raças e variedades, e permite definir a diversidade comparativa entre ecossistemas e habitats(1).

Ao considerarmos as diferenças de riqueza em diferentes ecossistemas ou habitats, costumamos nos referir aos conceitos de diversidade **alfa**, aplicado à riqueza de espécies de um local ou habitat, à diversidade **beta**, que compreende o grau de variação da diversidade de diferentes habitats, e à diversidade **gama**, que inclui a diversidade total de toda uma região, sendo a soma das diversidades dos habitats ali contidos.

Em um futuro próximo, tanto quanto a palavra ecologia é atualmente, o termo biodiversidade será de uso comum e incorporado com bastante rapidez ao vocabulário cotidiano

Mensuração

A noção de quantidade é um ponto central do conceito, que o torna operacional, pois é possível medir e comparar a biodiversidade local, regional ou continental. Essa possibilidade de quantificação e a noção de que padrões de organização da biodiversidade podem ser reconhecidos e estão relacionados às interações entres as espécies que compõem as comunidades tornam-se dois aspectos essenciais para a compreensão de padrões e processos na natureza.

Embora sejam aparentemente simples, os conceitos de diversidade **alfa, beta e gama** são de difícil interpretação devido a um conjunto de problemas envolvidos com sua mensuração e interpretação dos padrões(2). Um dos problemas é estabelecer a escala espacial a ser considerada, como, por exemplo, ao determinar um habitat para uma espécie(3). Outro problema é estabelecer a escala de tempo a ser considerada, como, por exemplo, diferentes comunidades de organismos que utilizam recursos efêmeros, tais como fezes ou carcaças, têm um componente temporal distinto de comunidades que vivem em um rio ou lagoa permanentes. Essas questões espaciais e temporais são indispensáveis quando se discute o valor empírico das medidas de diversidade para o manejo e conservação(4). Algumas pesquisas mostraram que a diversidade e raridade de espécies ocupam o primeiro e segundo lugares, como critérios de adequabilidade e conservação potencial de habitats, tendo em vista as relações temporais e espaciais(5).

Como regra geral, a estrutura de comunidades é composta de poucas espécies abundantes, um número intermediário de espécies com abundância intermediária e muitas espécies raras. São exatamente as espécies raras as mais vulneráveis à extinção porque, em geral, são especializadas a um conjunto restrito de fatores ambientais ou têm poderes limitados de se dispersar para outras áreas. Portanto, identificar diferentes formas de raridade é importante para o manejo e conservação da biodiversidade.

Pode-se compor uma matriz de sete formas de raridade, baseada em três características: amplitude de distribuição geográfica, especificidade de habitat e tamanho da população local(6).

Uma das categorias de raridade da tabela abaixo, por exemplo, inclui 71 espécies de plantas que, embora possuam uma ampla distribuição geográfica e um tamanho popula-

TABELA 1: Riqueza de espécies de acordo com a análise da raridade de espécies da flora britânica

Distribuição geográfica		Ampla		Reduzida	
Especificidade de habitat		Amplo	Restrito	Amplo	Restrito
Tamanho da População Local	Ampla em algum lugar	58	71	06	14
	Pequena em todos os lugares	02	06	00	03

cional amplo em determinado local, são muito específicas de determinados habitats.

Através destas características foi possível categorizar conjuntos de espécies com diferentes níveis de raridade, e essa classificação tem um óbvio interesse em manejo e conservação. Todavia, nas atuais circunstâncias, modelos semelhantes são de difícil aplicação no Brasil. Primeiro, porque nossas dimensões continentais dificultam o conhecimento da distribuição detalhada dos organismos. Segundo, porque a taxonomia de nossa biota ainda está em um estágio incipiente.

Dados sobre a raridade de plantas em uma floresta tropical(7) tiveram interpretação diversa dos dados obtidos na Inglaterra. Tais discrepâncias podem ser atribuídas, além das dificuldades de identificação precisa das espécies vegetais, às diferenças em escalas espaciais empregadas nos dois estudos.

A mensuração da alta riqueza existente em determinados locais, como na floresta tropical úmida de Barro Colorado, no Panamá (303 espécies em 5 hectares de floresta)(7), não pode ser estendida a outras regiões tropicais por não terem sido suas espécies estudadas do ponto de vista taxonômico. Existem também poucos estudos sobre, por exemplo, fisiologia da reprodução ou dinâmica de populações, indispensáveis para subsidiar programas de manejo.

A estimativa mais recente sobre a diversidade de insetos na copa de florestas tropicais, baseada em amostras da Amazônia peruana e extrapoladas para as copas de todas as florestas tropicais, é da ordem de 30 milhões de espécies(8). Apesar disso, nas regiões tropicais, o número de entomólogos taxonomistas é extremamente baixo, comparado a esta biodiversidade expressiva(9). Além disso, é preocupante o contraste das estimativas da taxa de extinção na biosfera nos últimos 600 milhões de anos e para o ano 2000. Enquanto a taxa de extinção natural era de uma espécie ao dia, no ano 2000 essa taxa poderá chegar a uma espécie por hora(10).

Para que a conservação e o manejo da biodiversidade se efetivem, torna-se necessário investir na formação de taxonomistas, biólogos e ecólogos

Conservação e manejo

Tendo em vista o quadro pouco otimista acima, resta-nos considerar

o que fazer e como fazer para a conservação da biodiversidade.

Os esforços brasileiros para a conservação da biodiversidade limitam-se a ações isoladas(1). Uma parte importante dessa limitação refere-se à escassez de recursos humanos bem preparados para estudar os diversos aspectos da biodiversidade, sobretudo porque um amplo conhecimento da variedade de espécies e variedades é indispensável para seu manejo e conservação. Mesmo não se tratando de florestas tropicais pluviais, onde existe a fração predominante da biodiversidade, os cerrados brasileiros, por exemplo, não são tão estudados como deveriam ser pela grande área que ocupam em nosso país. Não há um único estudo de campo sobre a fisiologia da reprodução e a dinâmica de populações do pequizeiro **(Caryocar brasiliense)**, uma planta de cerrado bastante conhecida e, em algumas regiões, muito utilizada como alimento pela população.

Sem nenhuma dúvida, para que a conservação e o manejo da biodiversidade se efetivem, torna-se necessário investir na formação de taxonomistas, biólogos e ecólogos. Simultaneamente, é necessária a alocação de recursos para identificação de áreas prioritárias para conservação e a criação de parques e reservas. Iniciativas como o projeto Áreas Mínimas, em desenvolvimento na Amazônia, estão permitindo conhecer o impacto do desmatamento sobre o empobrecimento da biodiversidade naquela região. Estes dados serão de muita importância em futuros planejamentos da utilização de florestas para a exploração econômica.

A Engenharia Ecológica, ou seja, a restauração de ecossistemas degradados, será, no futuro próximo, uma tarefa interdisciplinar que envolverá, além de ecólogos, administradores, engenheiros, geólogos, economistas etc. Por isso, no planejamento do treinamento desses profissionais não biólogos, um núcleo básico de conhecimento ecológico deve ser oferecido em seus currículos específicos. A formação de equipes multidisciplinares é uma tarefa urgente porque a questão ambiental é multidimensional. Um grande desafio é o desenvolvimento não só de uma linguagem como também de uma metodologia comum, que permita uma ação efetiva com relação à conservação e ao manejo da biodiversidade. Neste aspecto, o curso de Mestrado em Ecologia, Manejo e Conservação de Vida Silvestre e os cursos de pós-graduação em Demografia e Economia da FACE, da Universidade Federal de Minas Gerais, pretendem alcançar esse objetivo, formando pesquisadores com essa visão integrada, através de recursos obtidos junto ao PADCT.

Para que comecemos a encarar seriamente nossa interação com o meio ambiente, é necessária uma política governamental bem definida com relação à formação de professores e pesquisadores. A questão

ambiental está estabelecida para um futuro próximo. Não é possível ignorar o futuro de várias gerações de brasileiros que dependerão dos recursos naturais para sobreviver. Entretanto, o que observamos é exatamente a deterioração do meio ambiente, a desagregação cultural e o completo descaso com a educação e a pesquisa científica. Nosso país não será moderno sem que haja um interesse dos brasileiros pela qualidade do ambiente, conservação da cultura e educação do nosso povo.

REFERÊNCIAS

1. Fonseca, G.A.B. 1991. Biodiversidade. In: Meio Ambiente no Brasil: Mitos e Realidades. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Brasil (no prelo).

2. Cody, M.L. 1986. Diversity, rarity and conservation in Mediterranean-climate regions. Pp. 123-152, In: M.E. Soulé (ed). Conservation Biology. Sunderland, Mass: Sinauer.

3. Whittaker, R.W., S.A Levin & R.B. Root. 1973. Niche, habitat and ecotope. American Naturalist 107: 321-338.

4. Magurran, A.E. 1986. Ecological Diversity and its Measurements. London: Croom Hell.

5. Margules, C. & N.B. Usher. 1981. Criteria used in accessing wildlife conservation potential: a review. Biological Conservation 21: 78-109.

6. Rabinowitz, D., S. Cairns & T. Dillon. 1986. Seven forms of rarity and its frequency in the flora of British Isles. Pp. 182-204, In: M.E. Soulé (ed) Conservation Biology. Sunderland, Mass: Sinauer.

7. Hubbell, S.P. & R.B. Foster. 1986. Commonness and rarity in a neotropical forest: implications for tropical trees conservation. Pp. 205-222, In: M.E. Soulé (ed) Conservation Biology. Sunderland, Mass: Sinauer.

8. Erwin, T.L. 1983. Beetles and other insects of tropical forest canopies at Manaus, Brazil, sampled by insecticidal fogging. Pp. 59-75, In: S.L. Sutton, T.C. Whitmore, & A.C. Chadwick (eds.). Tropical Rain Forest Ecology and Management. Edinburg: Blackwell.

9. Wilson, E.O. 1988. The current status of biological diversity. Pp. 3-20, In: E.O. Wilson (ed.) Biodiversity. Washington, DC: National Academy Press.

10. Myers, N. 1984. The Primary Source: Tropical Forests and our Future. New York: W. W. Norton.

Rogério Parentoni Martins
Professor do Departamento de
Biologia Geral do ICB da UFMG

GUSTAVO A. B. DA FONSECA

Programas ambientais não podem limitar-se às áreas protegidas

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, Conferência do Rio, ou ainda Cúpula da Terra, a sociedade passa a tomar conhecimento de um termo - biodiversidade - já há alguns anos em voga na literatura científica, que busca conceituar a variedade da natureza, além do seu nível tradicional, quase sempre representado pelas espécies de organismos vivos. Diversidade biológica, ou biodiversidade, objeto de um dos tratados a serem negociados na conferência, incorpora a variabilidade em nível de genes, habitats e ecossistemas. Desse modo, ao investigarmos uma porção de paisagem, estaríamos interessados na mensuração do grau de variedade natural, constituído da soma das diversidades de genes, espécies e ecossistemas. Além disso, populações de uma mesma espécie que habitam ambientes distintos passam a se constituir em unidades genéticas importantes e merecedoras de proteção. Grande parte do progresso da humanidade baseou-se na exploração dos recursos biológicos, cujo potencial é hoje ainda maior através das avançadas técnicas de biotecnologia. A perda deste patrimônio se constituiria certamente na mais trágica conseqüência do impacto humano pois, ao contrário de outras formas de degradação ambiental, possui um caráter irreversível.

A questão da biodiversidade é crucial para o país porque estima-se que, dentro de nossas fronteiras, existam mais espécies e variedades de organismos do que em qualquer outra nação. Dentre as 10 a 30 milhões de espécies que acredita-se existam hoje na Terra, mais de 20% estariam representadas no Brasil. Apesar de virtualmente todos os biomas e ecossistemas brasileiros possuírem um grande número de espécies, a alta biodiversidade do país está certamente associada à existência da maior extensão de florestas tropicais do mundo. Além disso, o nível de endemismo, ou seja, de formas que só ocorrem no Brasil, é também bastante alto. Portanto, o país ocupa uma posição central com relação às estratégias de conservação da biodiversidade mundial. Por outro lado, pelas suas inerentes contradições históricas, o Brasil é repositório da maior área de florestas praticamente intactas do planeta - a Amazônia - e também responsável por levar ao limiar do desaparecimento um dos mais importantes biomas do mundo, ou seja, a Mata Atlântica. Temos, portanto, muito do que nos orgulhar e muito do que nos envergonhar.

A atividade humana, via de regra, altera os ecossistemas naturais através de dois mecanismos básicos: fragmentação e isolamento. As unidades de conservação, criadas com o objetivo de proteger a diversidade biológica face às alterações de caráter antrópico, tendem, ao longo do tempo, a se tornar ilhas formadas por ecossistemas naturais circundadas por áreas afetadas diretamente pelo homem. O sistema brasileiro de unidades de conservação se estende hoje por aproximadamente 2,5% do território nacional, fração insignificante mesmo comparada à área protegida implantada em outros países do Terceiro Mundo, como por exemplo o Equador. Como agravante, as unidades de conservação brasileiras são em geral pequenas, com sérios e persistentes problemas de fiscalização e de natureza fundiária.

De fato, não restam dúvidas quanto ao importante papel das populações humanas locais na conservação e na utilização sustentada dos recursos biológicos

Mais além, pode-se questionar o próprio conceito de unidades de conservação como instrumentos capazes de preservar indefinidamente a diversidade biológica nelas contida quando da sua criação. Já há muito

sabe-se que a fragmentação e o isolamento de áreas naturais acarreta, em prazos variáveis de tempo, que dependerão também de sua superfície total, na perda progressiva de espécies. Uma regra biogeográfica conhecida desde o século passado postula que uma redução em 90% da área de uma amostra de paisagem produz um declínio de aproximadamente 50% no seu número de espécies. Assim sendo, o atual sistema nacional de unidades de conservação não será capaz de preservar, a longo prazo, nem a totalidade das espécies originais de nosso país e muito menos os outros parâmetros que compõem a biodiversidade, como por exemplo a variedade infra-específica e as diferentes freqüências gênicas características de cada população.

Com o agravamento das condições sociais e a manutenção de uma perversa distribuição de terras, torna-se cada vez mais difícil advogar pela criação de novas áreas protegidas. Portanto, dentro de um raciocínio lógico, a preservação da biodiversidade do país dependeria mais das ações que se desenvolvam nos 97% da área do país, esta sob a influência direta do homem, do que propriamente nas unidades de conservação já implantadas.

No entanto, essa linha de pensamento possui algumas falhas básicas. A principal delas está ligada ao fator humano. Em se tratando de sociedades urbanas e industrializadas, não existem questões teóricas desafiadoras ligadas à redução da biodiversidade: os recursos de qualquer ambiente densamente ocupado pelo homem serão monopolizados em detrimento de outras espécies. O resultado é sempre uma erosão brutal da diversidade biológica. Por outro lado, multiplicam-se as sugestões de que, nas florestas tropicais do Brasil, se passe a resgatar os padrões de uso da terra e dos recursos biológicos praticados tradicionalmente por populações rurais, incluindo aqui as culturas indígenas. A alternativa para grande parte da Amazônia, portanto, estaria ancorada em uma diversificada atividade extrativista, teoricamente menos danosa e socialmente mais justa, em contraposição aos esquemas ortodoxos de ocupação, representados principalmente pela pecuária e agroindústria. Como todos sabemos, o expoente máximo desse corolário de idéias foi Chico Mendes, líder seringueiro assassinado em 1988.

De fato, não restam dúvidas quanto ao importante papel das populações humanas locais na conservação e na utilização sustentada dos recursos biológicos. Desde que adequadamente planejada, a alternativa extrativista é hoje a melhor arma disponível contra o ingresso indiscriminado e intensivo do capital em nossas áreas de alta biodiversidade. Mais além, garante às populações tradicionais que a praticam um padrão de vida no mínimo superior àquele que são submetidos os habitantes das favelas urbanas.

No entanto, testemunhamos a crescente tendência do movimento ambientalista em se tornar o abrigo natural da esquerda brasileira, incorporando movimentos sindicais e de base que, na sua maioria, constituíram-se originalmente sem um arcabouço ecológico mínimo. É inquestionável que a problemática ambiental deva transcender o ponto puramente formal da conservação dos recursos biológicos e endereçar também a justiça social e a melhoria da qualidade de vida do homem. Em realidade, uma das principais estratégias para a conservação dos recursos biológicos passa indiscutivelmente pelo seu uso direto e indireto. Apesar disso, receio que a importância da manutenção da biodiversidade original, o maior recurso natural renovável do Brasil, eventualmente assuma um papel secundário face aos enormes problemas sociais. O resultado poderá ser a marginalização da questão dentro de um megamovimento social sob um rótulo pretensamente ambiental.

As evidências que justificam tal preocupação emergem a todo momento através de sugestões de que as unidades de conservação de uso indireto, isto é, que legalmente não permitem a presença do homem, sejam transformadas em reservas do tipo extrativista, ou que no mínimo comportem populações humanas e suas atividades de subsistência. É da maior relevância ressaltar que, de acordo com todos os dados disponíveis, a atividade humana, em maior ou menor grau, resulta na rarefação e eventualmente na extirpação seletiva de várias espécies, principalmente aquelas para as quais as unidades de conservação foram criadas para proteger. Além disso, os requerimentos de subsistência, se não acarretam a eliminação de espécies, alteram radicalmente os padrões comunitários da fauna e da flora nativas.

Receio que a importância da manutenção da biodiversidade original, o maior recurso natural renovável do Brasil, eventualmente assuma um papel secundário face aos enormes problemas sociais

Voltando ao problema central, é cada vez mais importante que o movimento ambientalista incorpore firmemente em sua agenda o conceito de que qualquer estratégia de con-

servação da biodiversidade deve englobar tanto as áreas onde as populações humanas desempenham em maior harmonia as suas atividades de subsistência, quanto as unidades de conservação de uso indireto, necessárias à manutenção de populações, variedades e espécies da flora e da fauna. Devemos reconhecer que o número e o tamanho de nossas unidades de conservação não são nem de longe adequados à magnitude da diversidade biológica do país, sendo que o atual sistema necessita de um programa sério de ampliação da área protegida. Em resumo, isoladamente, nem as áreas utilizadas pelo homem nem as protegidas de seu impacto serão capazes de conservar o maior patrimônio do Brasil: a biodiversidade.

Gustavo A.B. da Fonseca
Professor do Departamento de Zoologia da UFMG e Consultor da Fundação Biodiversitas e Conservation International

A ecologia no sentido amplo, com ou sem razão, apresenta-se como crítica global e radical do modo de produção industrial. Enquanto tal, cúmulo da presunção, ela pretende até mesmo substituir as ideologias dominantes nascidas no século XIX (...) A única questão séria que deve ser levantada é: queremos um capitalismo ecológico ou aproveitaremos a crise ecológica para instaurar outra lógica social, onde o livre desenvolvimento de todos seria ao mesmo tempo o fim e a condição do livre desenvolvimento de cada um?

(DUPUY, Jean-Pierre - Introdução à Crítica da Ecologia Política (Introduction à la Critique de l'Ecoogie Politique). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980)

ANTHONY B. RYLANDS

Unidades de proteção na Amazônia precisam de implantação real

As razões para a preocupação quanto à destruição dos ecossistemas da bacia amazônica, que contém a maior área de floresta tropical do mundo, são de duas categorias: 1) degradação ambiental e alterações regionais e mundiais de clima e ciclos globais de carbono; e 2) a perda da diversidade biológica. A resolução do primeiro problema dependerá da elaboração de projetos de desenvolvimento e zoneamento fundados numa base ambiental sólida. Neste artigo, farei uma revisão sobre o atual sistema de unidades de conservação na Amazônia Brasileira, as quais, embora mitigando o problema de estabilidade ambiental, foram criadas primordialmente para a proteção da biodiversidade e a conservação de ecossistemas e espécies. Este tipo de unidade de conservação que fornece proteção total, e na Amazônia Brasileira inclui Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Estaduais, é só um aspecto do esquema maior que incluirá grandes áreas manejadas, tais como Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas e Áreas e Parques Indígenas.

A base legal para a criação de Parques Nacionais foi estabelecida pela primeira vez pelo Código Florestal de janeiro de 1934(1). A categoria de Reserva Biológica foi criada somente em 1965, nos artigos de um novo e atual Código Flores-

tal(2). Porém, a regulamentação que define e caracteriza Parques Nacionais foi legalizada somente em 1979(3) e, embora definida na Lei de Proteção à Fauna, de 1967(4), isto ainda precisa ser feito para as Reservas Biológicas. A definição legal dos estatutos destas reservas é um pré-requisito para a elaboração de seus planos de manejo, até hoje feitos para somente três Reservas Biológicas (Rio Trombetas, Jaru e Guaporé). A categoria de Estação Ecológica foi criada e definida em 1981(5), e a criação de novas unidades deste tipo foi prevista como objetivo específico do Plano Nacional de Meio Ambiente (PNMA) no mesmo ano(6). Ainda não existe nenhum plano de manejo para qualquer uma das Estações Ecológicas.

Assim, Parques Nacionais são geralmente áreas extensas e manejadas para permitir atividades tais como educação, turismo e pesquisa. Estações Ecológicas e Reservas Biológicas são criadas para proteger ecossistemas ou espécies ameaçadas, com o mínimo de interferência. Ambos permitem pesquisas científicas, porém até 10% ou mais, dependendo do plano de manejo, da área das Estações Ecológicas, podem estar sujeitos à experimentação destrutiva.

O primeiro Parque Nacional criado na Amazônia Brasileira, o Araguaia, foi decretado em 1959. O segundo Parque, Amazônia (Tapajós) foi criado somente em 1974. O Parque Nacional do Araguaia foi decretado com 2.000.000 de hectares, cobrindo a área total da ilha de Bananal, no Rio Araguaia. Porém, em 1973, por causa de conflitos com interesses de grupos indígenas, o Parque foi restrito ao terço norte da ilha, com uma área de 562.312 hectares. O Parque Nacional da Amazônia, de 1.000.000 de hectares, foi proposto pelo Grupo de Operações da Amazônia (GOA), como parte do plano de desenvolvimento do chamado "Polígono de Altamira", criado em 1971 como resultado do Plano de Integração Nacional (PIN), estabelecido no ano anterior, que incluiu também resoluções determinando a construção da Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém. Os limites do Parque foram redefinidos em 1985, reduzindo a área para somente 994.000 de hectares. Assim, até 1979 estas foram as únicas unidades de conservação na Amazônia Legal, que cobriram, temporariamente, 3.000.000 de hectares.

A maioria dos Parques e Reservas na Amazônia Brasileira foi criada nos anos de 1979 e 1980. O planejamento das unidades recentes foi baseado em regiões fitogeográficas, tipos de vegetação da Amazônia, e os refúgios pleistocênicos identificados para certos grupos de aves, borboletas, lagartos e plantas. Assim, desde 1979 o número de Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas na Amazônia Legal aumentou de somente dois para 33, com a área total atingindo 14,3 milhões de hectares: 10

Parques Nacionais (8,3 milhões de hectares), oito Reservas Biológicas (2,9 milhões de hectares), 13 Estações Ecológicas (2,6 milhões de hectares). e duas Reservas Ecológicas (284 mil hectares). Existem também várias unidades estaduais: a Reserva Estadual de Samuel, em Rondônia; o Parque Estadual de Nhamundá, no Amazonas; o Parque Estadual da Serra do Aracá, no Amazonas; a Reserva Biológica Estadual do Morro dos Seis Lagos, Amazonas; e a Estação Ecológica de Mamirauá, Amazonas, decretadas em 1989 e 1990. A Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos se encontra inteiramente dentro do Parque Nacional do Pico da Neblina. As unidades federais representam 2,8% da Amazônia Legal. As unidades federais e estaduais juntas somam 17.125.203 hectares, que representam 3,4% da Amazônia Legal.

Quanto a outras áreas federais reservadas, a Amazônia Legal contém 12 Florestas Nacionais, nove das quais foram decretadas em 1988-1989, com uma área total de 8,3 milhões de hectares; quatro Áreas de Proteção Ambiental estaduais, cobrindo um milhão de hectares; e 371 Áreas, Reservas e Parques Indígenas, cobrindo uma área estimada de mais de 100,2 milhões de hectares. A categoria de Reserva Extrativista foi incluída na nova Constituição do Brasil (5 de outubro de 1988), e a proteção de populações extrativistas foi um dos objetivos do Programa Nossa Natureza, uma série de medidas legislativas para a proteção da Amazônia(7). São nove as reservas existentes e 11 propostas, para os estados do Amapá, Rondônia e Acre, que totalizam mais de 2,2 milhões de hectares. Dez Reservas Florestais foram decretadas em 1911(8) e 1961(9), a maioria da quais, porém, tem sido esquecida, invadida, ou parcialmente ou inteiramente convertida em Reservas e Parques Indígenas ou Reservas Biológicas (v. Garcia, 1986). A categoria de Reserva Florestal não possui uma base legal, não sendo reconhecida no Código Florestal de 1965.

Talvez o problema mais sério dos Parques e Reservas existentes na Amazônia Brasileira seja fundiário, junto com a regularização do domínio das terras decretadas

Talvez o problema mais sério dos Parques e Reservas existentes na Amazônia Brasileira seja fundiário, junto com a regularização do do-

mínio das terras decretadas. O Ibama não tem títulos legais para nenhum dos Parques Nacionais, somente para Jaru e parte (40%) de Lago Piratuba, entre as Reservas Biológicas. A SEMA adotou uma estratégia de criar Estações Ecológicas somente em terras da União, sempre que possível. Isto facilitou o problema de domínio. Oito das 14 Estações Ecológicas são 100% regularizadas e, agora, sob o domínio legal do Ibama.

É difícil obter um quadro preciso a respeito da infra-estrutura existente nas unidades de conservação. A informação disponível é conflitante ou ultrapassada e a infra-estrutura que existe, na maioria dos casos, se encontra em mau estado ou abandonada. No momento, há aproximadamente um guarda de parque para cada 6.161 km^2 de parques e reservas. Incluindo administradores, zeladores e motoristas, este número desce para uma pessoa a cada 2.180 km^2. A falta de regularização fundiária e de infra-estrutura significa que todos os Parques e Reservas da Amazônia Brasileira são ameaçados por um manejo inadequado. Muitas unidades têm seriíssimos problemas em termos de ameaças atuais e potenciais. Para mencionar somente dois exemplos, a criação da Reserva Biológica de Gurupi conflita com a Reserva Indígena Awa-Gurupi, e as florestas estão sendo cortadas para pasto e para exploração madeireira. A região em volta da Reserva está sofrendo o processo de industrialização (poluição, desenvolvimento agropecuário e demanda de terras), devido ao projeto Grande Carajás. Gurupi é a única reserva na área das florestas do Maranhão, que já têm sido extensivamente destruídas e que abrigam fauna e flora típicas do sudeste da Amazônia, incluindo espécies raras, ameaçadas e endêmicas.

A segunda reserva que, apesar de seu isolamento, é potencialmente ameaçada, é o Parque Nacional do Pico da Neblina. Importantes reservas minerais existem dentro do Parque, que é cortado por várias estradas parcialmente construídas, e existem instalações militares, garimpo, pistas de pouso, cinco Áreas Indígenas e uma Missão Salesiana dentro de seus limites. Outras reservas com graves problemas são a Reserva Biológica de Guaporé (invasão, construção de estradas, conflitos com interesses agropecuários, caça e pressão de programas de colonização adjacentes); o Parque Nacional da Serra do Divisor (construção de uma estrada e conflitos de interesse com seringueiros); o Parque Nacional de Araguaia (desmatamento, conflitos de interesse com índios e agropecuaristas e a ameaça da construção de uma estrada); e o Parque Nacional de Pacáas Novos (invasão e conflito de interesses com a Área Indígena de Uru-eu-wau-wau).

Estas reservas servem para ilustrar que o espaço já é um fator limitante na Amazônia Brasileira. O

rápido acréscimo de pressões e conflitos, já atingindo proporções seriíssimas na Reserva Biológica de Gurupi, significará que o estabelecimento de zonas tampões será uma medida necessária no futuro próximo para evitar uma redução significativa nas áreas efetivamente protegidas. As regiões mais remotas, por exemplo o Pico da Neblina e a Serra do Divisor, já sofrem grandes pressões e conflitos para sua ocupação e desenvolvimento. A situação fundiária, as ameaças e a falta de implantação efetiva dos Parques e Reservas existentes demonstram que ainda hoje são efetivamente "parques de papel" que ainda precisam ser "criados" junto com novas áreas necessárias para uma cobertura mínima para a proteção dos rios e terras e da flora e fauna da Amazônia Brasileira.

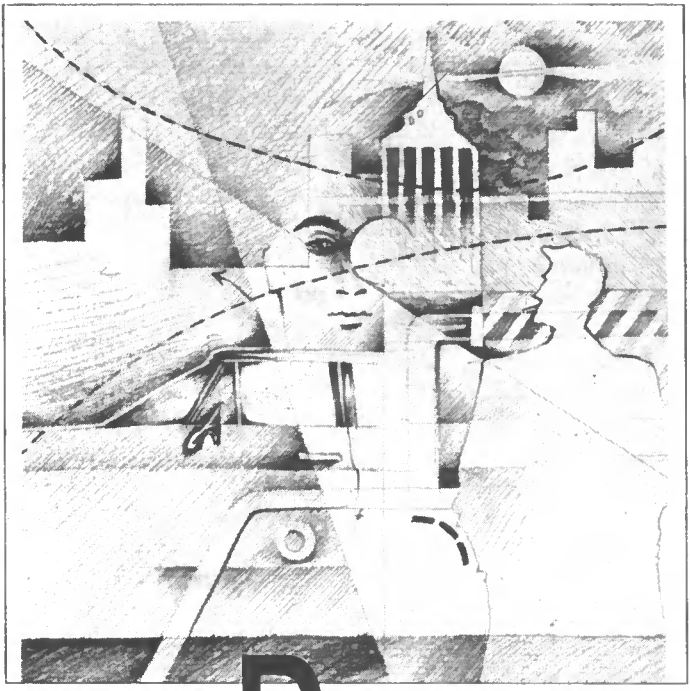
Referências

(1) Decreto nº 23.793, de 23.01.1934
(2) Decreto nº 4.771, de 15.09.1965
(3) Decreto nº 84.017, de 21.09.1979
(4) Decreto nº 5.197, de 03.01.1967
(5) Decreto nº 6.902, de 27.04.1981
(6) Decreto nº 6.938, de 31.08.1981
(7) Decreto nº 96.944, de 12.10.1988
(8) Decreto nº 8.843, de 26.07.1911
(9) Decretos nº 51.014, 51.030, 51.042 e 51.043, de 25.07.1961

Anthony B. Rylands
Professor do Departamento de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG

Estas necessidades "pós-industriais", "imateriais", serão por exemplo a saúde, a educação, a cultura, a preservação do meio ambiente, o conhecimento de outros países e outras civilizações, a segurança, os lazeres, as boas relações com os outros e - por que não? - a felicidade

(DUPUY, Jean-Pierre - Introdução à Crítica da Ecologia Política (Introduction à la Critique de l'Ecologie Politique). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980)



DEBATE

- A contribuição das ONGs na formulação de novos conceitos conservacionistas e um alerta da diretora geral da Fundação Biodiversitas, Ana Maria P. B. da Fonseca
- A história da Estação Ecológica da UFMG, em cuja área a Universidade pretende construir novas unidades, é abordada pelo professor do ICB, Sérvio Pontes Ribeiro
- Uma leitura ecológica do espaço urbano, colocando a cidade como a casa do homem, segundo os professores Beatriz Couto e João Villaschi, do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura

ANA MARIA P. B. DA FONSECA

ONGs contribuem na formulação de novos conceitos e políticas

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) da área de meio ambiente têm desempenhado um papel fundamental na orientação política do governo com relação à conservação e uso dos recursos naturais. Esta influência, hoje bastante visível, vem-se desenvolvendo gradativamente desde 1985. O número de ONGs conservacionistas, com trabalhos não efêmeros, é estimado hoje em mais de 1.000. Compõem esse grupo desde entidades com atuação bastante pontual, que são a maioria, até aquelas com trabalhos em nível nacional. É importante ressaltar que as ONGs podem ser ainda divididas entre entidades conservacionistas e ambientalistas, as últimas englobando sindicatos, grupos empresariais, instituições desenvolvimentistas e de defesa dos direitos humanos e das minorias. As conservacionistas, por sua vez, tratam dos aspectos ligados à interrelação da espécie humana com seu ambiente natural, com a preocupação primordial de conservar os recursos biológicos para estas e as próximas gerações.

As ONGs conservacionistas podem ser definidas como entidades sem fins lucrativos, originárias de segmentos da sociedade civil, cujo objetivo maior é a conservação e utilização sustentável da biodiversidade. Poderiam ainda ser subdivididas entre as ativistas e as técnicas, ambas importantes para o avanço das questões maiores. As pri-

meiras incluem em seus quadros setores bastante diversos da sociedade, enquanto o segundo grupo faz uso de pesquisadores e técnicos de universidades e institutos de pesquisa, algumas contando com corpo técnico próprio.

Apesar de algumas entidades de cunho basicamente desenvolvimentista ou social reconhecerem em si mesmas uma missão conservacionista, é necessário distingui-las daquelas que já há muito desempenham atividades concretas ligadas à conservação da biodiversidade. Embora as primeiras sejam importantes aliadas e defendam causas não menos relevantes, a experiência tem mostrado que, isoladamente, a vasta maioria não está adequadamente capacitada a influenciar corretamente na condução das políticas de conservação. É sempre oportuno enfatizar que colocar a questão ambiental a reboque da social não se constitui em uma estratégia eficaz. Idealmente, devemos buscar um modelo econômico justo em um ambiente cuja diversidade biológica, preservada em sua riqueza natural, ofereça as necessárias condições para o desenvolvimento social.

Um dos principais fatores que motivaram a criação de entidades conservacionistas no Brasil está relacionado às grandes lacunas deixadas pela administração governamental, seja em nível estadual ou federal. O governo, de um modo geral, é um planejador razoavelmente competente, mas um péssimo executor de programas. Em nível local, as ONGs têm-se mostrado mais ágeis e preparadas para executar e implantar projetos ligados à conservação da biodiversidade, seja atuando em unidades de conservação e em programas de educação ambiental, seja em tarefas mais técnicas, como gerenciamento de recursos naturais e pesquisa ligada a espécies ameaçadas de extinção. Os sucessivos equívocos do governo na implementação e gestão de programas de conservação, que normalmente são concebidos externamente às comunidades-alvo, fazem com que as populações rurais se tornem refratárias a novas iniciativas. As ONGs, por representarem os anseios dessas populações, além de permeáveis a adaptações de curso, ao desenvolverem seus projetos ambientais são em geral mais bem sucedidas do que as suas equivalentes governamentais.

Mais recentemente, as ONGs passaram também a canalizar e representar grande parte das aspirações da sociedade, que clama por ações concretas, em resposta à contínua e progressiva degradação dos nossos ecossistemas naturais. Uma das grandes vitórias do movimento conservacionista está hoje refletida no espaço crescente que vem ocupando no acompanhamento do desenvolvimento das grandes estratégias para a área ambiental encaminhadas pelo setor governamental. Essa conquista, embora ainda insuficiente, se evidencia hoje no fato de que os principais postos do governo

na área ambiental tenham sido ocupados por profissionais com passagem, em maior ou menor escala, pelo movimento conservacionista (vide José Lutzemberger, Maria Tereza Pádua, Eduardo Martins, Célio Valle, entre outros).

O mecanismo pelo qual as entidades passam a ter maior poder de influência nos canais oficiais está representado por um grande número de grupos de trabalho criados por iniciativa do governo, alguns com um número significativo de representantes de ONGs. Estes examinam detalhadamente as propostas governamentais relativas ao dispêndio de recursos a serem captados em agências internacionais de fomento, como o Banco Mundial (empréstimos diretos e mecanismos como o "Global Environmental Facility") e o chamado G-7 (fundo criado pelo grupo dos sete países mais ricos), sugerindo modificações diretamente aos órgãos financiadores.

Por outro lado, essas importantes conquistas tecnicamente realizadas estão longe de alcançar ações concretas e coesas. Embora exista maior transparência nas iniciativas governamentais, as ONGs invariavelmente são alijadas do processo decisório ligado à execução dos programas planejados com financiamento externo, e suas sugestões e críticas raramente são incorporadas em sua plenitude. Contudo, testemunhamos uma crescente sensibilidade por parte das agências internacionais no sentido de que se reserve um papel que transcenda o mero simbolismo da participação das ONGs em comissões e grupos de trabalho, fato que representa um avanço considerável. Por outro lado, não se pretende que as ONGs dominem o processo decisório em nível de governo; no momento em que o movimento conservacionista organizado passar a ser um apêndice governamental, terá perdido imediatamente a sua razão de existir.

Não se pretende que as ONGs dominem o processo decisório em nível de governo; no momento em que o movimento conservacionista organizado passar a ser um apêndice governamental, terá perdido imediatamente a sua razão de existir

O maior progresso propiciado pelas ONGs brasileiras, no entanto, não está em sua crescente influência

direta sobre os canais governamentais da área ambiental; a formulação de novos conceitos que viabilizam a conservação da biodiversidade representa a sua contribuição mais significativa. Os modelos de descentralização e gestão participativa de unidades de conservação, as reservas extrativistas e o uso sustentado de recursos florestais, além do próprio sistema nacional de áreas protegidas, incluindo aqui o papel das áreas particulares e da iniciativa privada, são idéias geradas no seio do movimento conservacionista. Com a crescente interação com setores governamentais, os novos conceitos vão além dos estudos de caso e modelos demonstrativos, passando a permear as estratégias mais amplas para o país. Indubitavelmente, as ONGs, isoladamente ou em grupo, jamais terão capacidade financeira e logística para substituir a ação governamental. No entanto, sem a sua existência, a inércia conceitual se consolidaria e a agenda ambiental do país permaneceria como uma preocupação menor.

O receio e a angústia ante a possibilidade de um acidente ou a alteração/desaparição das formas de vida naturais põe a descoberto a falta de credibilidade das campanhas de propaganda levadas a cabo pelas instituições burocráticas que baseiam a sua legitimidade num saber supostamente racional e eficaz.

(CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel - Da Ecologia à autonomia (De l'ecologie a l'autonomie). Coimbra, Centelha, 1981)

Ana Maria P. B. da Fonseca
Diretora geral da Fundação Biodiversitas

SÉRVIO PONTES RIBEIRO

Estação Ecológica supera dificuldades para se consolidar

Nos últimos anos, a Universidade Federal de Minas Gerais tem dedicado grande esforço para a consolidação do seu campus universitário. Dispondo de uma área de 2,5 milhões de metros quadrados em Belo Horizonte, com diversas escolas já implantadas, a Reitoria tem investido na construção e transferência de todas as suas unidades para este campus. Entretanto, apesar de coberta de vontade política, a Universidade tem apresentado um discurso vazio no que se refere ao planejamento destas obras, principalmente no tocante a impactos ambientais, e também paisagismo e projetos arquitetônicos.

Na ausência de qualquer discussão ampla com a própria comunidade universitária, os órgãos técnicos da Reitoria pautam suas decisões com base em um Plano Diretor para o campus universitário datado de 1969. Este plano, além de já estar fisicamente descaracterizado, apresenta-se isento de detalhes sobre as necessidades arquitetônicas das escolas e mesmo das dimensões exatas para construção destas. Trata-se, na verdade, de um zoneamento, desatualizado quanto a padrões internacionais de planejamento de campi universitários e conceitos contemporâneos de urbanismo e qualidade de vida. Entre 1969 e os dias atuais, a questão ambiental tornou-se exponencial em todas as sociedades. Previsivelmente, o interesse acadêmico e social pelo tema cresceu tam-

bém em vários setores da UFMG, gerando o que atualmente talvez seja a maior incongruência quanto ao Plano Diretor defendido pela atual Reitoria: a criação da Estação Ecológica da UFMG.

Esta Estação Ecológica é uma área de 150 hectares do campus da Pampulha, destinada à preservação ambiental, pesquisa, educação ambiental e lazer metropolitano. Cortada ao meio pela avenida Carlos Luz, é limitada ao sul pela BR-262, estendendo-se até a estrada de Engenho Nogueira e a rua de acesso interno da Universidade, entre as Escolas de Educação Física e Veterinária. É composta por áreas de matas secundárias, estas tombadas pela 1ª Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, brejos e vegetação de transição, com elementos de cerrado. Apresenta uma fauna bastante rica para uma reserva urbana. Além de diversas espécies de aves, apresenta um número considerável de pequenos roedores, marsupiais, micos e até mesmo capivaras. Como área verde, é a última disponível nesta região de Belo Horizonte, extremamente importante por ser capaz de comportar atividades sociais como educação ambiental e lazer.

Antiga Fazenda Dalva e área do Lar Dom Orione, apresentava antes de sua implantação um bom número de benfeitorias, bem como diversas árvores frutíferas, hoje importantes para a manutenção de sua fauna, restrita no espaço urbano.

A primeira proposta oficial para a criação de uma área de preservação no campus da Cidade Universitária se deu em 13 de julho de 1976, com a decisão de se implantar um "Programa Ecológico para o Campus da Pampulha". Foi uma iniciativa da Reitoria, divulgada em "Edição Especial do Boletim Informativo da Reitoria" (1976). Como ação imediata, eram previstos o total apoio à proposta de criação de uma "Estação Experimental de Estudo de Manejo de Fauna no Campus", do Departamento de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas, e o estabelecimento das reservas verdes, a principal base deste programa.

Foram propostas como "reservas verdes" as áreas limitadas pela BR-262, os terrenos do Colégio Militar e da antiga CBTN, a avenida Carlos Luz e a rua 14 do campus, bem como parte do terreno entre a BR-262, a estrada de Engenho Nogueira e a avenida Carlos Luz.

Estas áreas se converteriam, então, na base física de uma proposta posterior, também originada no Departamento de Zoologia: a criação do Parque Escola da UFMG, estreitamente vinculada com a proposta de criação do Mestrado de Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre.

Apenas dois anos depois, já diante de nova administração, a Reitoria da UFMG publicou a Portaria nº 320, de 31/01/79, que aprovava o "Programa Ecológico do Campus da Pampulha" e estabelecia sua coor-

denação. O programa oficial foi publicado em anexo I, onde estava prevista a criação do Parque Escola. Em um segundo documento, de referência exclusiva à proposta de implantação deste, ficou estabelecido o vínculo físico daquelas áreas de proteção, antigas "reservas verdes", com as estruturas acadêmicas e administrativas do Parque Escola.

Entretanto, denominada inicialmente como Campus Ecológico, esta idéia não chegou a ser implantada de forma suficientemente sólida. Poucas benfeitorias foram criadas; projetos de pesquisa básica foram desenvolvidos na área, mas não houve uma continuidade destes, nem o início de novos projetos por bastante tempo.

Resgate institucional

Em 1986, o corpo acadêmico da Universidade reagiu ao abandono da área, iniciando no local as coletas do projeto interdisciplinar "Ipês de Minas Gerais: Química, Botânica e Ecologia". A partir de então, o laboratório de Interações Inseto-Planta do Departamento de Biologia Geral, o Departamento de Botânica do ICB e o Departamento de Química do ICEX iniciaram amostragens de vários projetos interrelacionados dentro do dito Campus Ecológico.

Diversas dificuldades logísticas, conseqüentes do descaso administrativo da Universidade, surgiram desde o início dos trabalhos. Diante deste fato, os pesquisadores e estudantes envolvidos neste trabalho iniciaram, na segunda metade de 1987, um processo de pressão política sobre a Diretoria do ICB, a Reitoria e a Prefeitura da UFMG, em favor da preservação da área e de seu importante papel acadêmico. A partir do estabelecimento desta vontade política institucional, com base nas experiências anteriores, foi desencadeada a criação definitiva de uma área de pesquisa em recursos naturais, preservação ambiental e extensão na UFMG.

Como área verde, é a última disponível nesta região de Belo Horizonte, extremamente importante por ser capaz de comportar atividades sociais como educação ambiental e lazer

Em 1988, quase um ano depois do início deste processo, foi publicada pela Reitoria a Portaria 0866, de 29/06/88, que instituía uma Co-

missão Executiva do Campus Ecológico da UFMG, constituída de um professor do Instituto de Ciências Biológicas, um do Instituto de Geociências e um da Escola de Arquitetura. A primeira atividade da Comissão foi a elaboração de uma proposta de implantação do que passaria a se chamar definitivamente **Estação Ecológica da UFMG.** A médio e longo prazo, estavam previstos o apoio à pesquisa, busca de financiamento externo e elaboração do Plano Diretor.

A divulgação da recuperação da área e implantação da Estação Ecológica gerou manifestações de apoio de vários institutos e órgãos da UFMG, bem como da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara de Deputados de Brasília. Em pouco tempo, as ações imediatas propostas foram cumpridas, criando-se uma infra-estrutura mínima de trabalho e proteção da área, inclusive com o estabelecimento de um administrador e de pessoal de apoio. Novos projetos de pesquisas foram elaborados e desenvolvidos na Estação. Um programa extenso para educação ambiental foi criado em convênio com o município de Belo Horizonte. Da mesma forma, um número maior de aulas práticas passou a ser ministrado no local. Com a implantação oficial do curso de mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre, no segundo semestre de 1988, houve uma reforma na casa principal, para a acomodação de salas de aula, estudo e apoio aos estudantes do curso, ao lado do escritório administrativo da Estação. Assim foi materializado o antigo projeto integrador do Parque Escola, de 1979, com uma nova "cara", mais amadurecida e, acreditadamente, mais estável.

Realidades

Quase quatro anos após sua implantação, a não institucionalização da Estação tornou-se uma preocupação central, por implicar diretamente na falta de dotação orçamentária própria e na falta de investimento em pessoal permanente. A demarcação definitiva e a aprovação de uma proposta orçamentária são passos fundamentais para esta institucionalização. Entretanto, o desinteresse político da Reitoria por esta causa impede qualquer solução, já que certos segmentos administrativos sequer consideram a existência de uma Estação Ecológica na UFMG. Estabelecidos desde 1979, com a criação do campus ecológico, os limites da Estação estão sujeitos a uma séria modificação para ceder espaço para a construção das Escolas de Farmácia, Odontologia e o campus da Saúde, previstos no Plano Diretor do campus da Pampulha de 1969.

Recentemente, foram realizadas amplas discussões sobre o problema, que culminaram em estudos técnicos, inclusive um estudo de impacto ambiental, que embasariam a

decisão do Conselho Universitário sobre a construção ou não na área. Estes estudos geraram informações contraditórias e parciais, tendo sido os resultados interpretados apenas por órgãos administrativos internos da Universidade. Em 27 de março de 1992, ignorando os questionamentos técnicos e sete áreas alternativas para implantação das escolas de Saúde dentro do campus, o Conselho Universitário aprovou a construção destes prédios na área da Estação Ecológica. Desamparada de forte argumentação, esta instância máxima de decisão da UFMG mostrou uma rigidez política altamente questionável, já que a existência da Estação não foi sequer considerada em nenhuma das reuniões. Esta decisão gerou imediata reação interna, bem como do próprio município de Belo Horizonte, que foi lesado em convênios anteriores com a Universidade. Estas reações já retardaram a prevista descaracterização da área e certamente resultarão em novas reflexões sobre os rumos do campus da UFMG.

Hoje, apesar de negada pela Reitoria, a Estação Ecológica é tida como uma realidade por toda a comunidade. Apesar de todas as dificuldades inerentes à sua total implantação, ela tem cumprido satisfatoriamente o papel que já lhe foi possível assumir. Momentos importantes, durante e depois de sua implantação, foram definidos com forte manifestação de estudantes em sua defesa. Estas manifestações e a vigilância cotidiana, postura diária e já histórica de seus usuários mais freqüentes, têm, quando não mantido acesa, alimentado esta idéia em momentos mais críticos de sua existência.

A história da Estação Ecológica da UFMG consiste em uma série de ações institucionais em seu favor e mostra, nitidamente, como o desejo comunitário de sua existência tem transformado estas ações em gestos cada vez mais positivos e consistentes, independentes de qualquer resistência já ocorrida contra sua implantação. É a história de um exemplo universitário de progresso racional, melhoria de qualidade de vida e de condições de trabalho, consolidado pela participação das tão faladas e esquecidas bases, que somos nós mesmos.

Sérvio Pontes Ribeiro
Professor do Departamento de Biologia Geral do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG

BEATRIZ COUTO
JOÃO VILLASCHI

Urbanização coloca em pauta a cidade como casa do homem

"A volta insidiosa do valor de uso"
Professor José de Anchieta

Se a ecologia como ciência do meio ambiente nasceu com a zoologia e a biologia no século passado, sua apropriação inicial no que diz respeito à "casa do homem"(1) vem da década de 20 com Roberto Papa e Ernest Burgwess, nos Estados Unidos, com o nascimento da ecologia humana. O caso do homem, no entanto, para ser adequadamente enfocado, exigiu, além da especificação das variáveis população, sítio, tecnologia e organização, presentes nas análises da ecologia geral, a introdução da psicologia social para dar conta das conseqüências da originalidade do registro simbólico, característico da espécie. Desta forma, delimitou-se, de uma vez por todas, o campo de análise do homem em seu meio ambiente como um subsistema irredutível às variáveis clássicas.

O desenvolvimento da ecologia propriamente urbana coincidiu com o fenômeno do crescimento acelerado das cidades industriais capitalistas, extrapolando a questão da finitude dos recursos naturais. A ciência emergente tratou dos proble-

mas próprios de organizações complexas e densas de populações humanas que ocupam sítios cada vez mais explorados por novas tecnologias. Dentre estes problemas, destacamos a crescente divisão social e espacial do trabalho, gerada e geradora de novas possibilidades tecnológicas, que suscitou, no seu bojo, alterações comportamentais como o consumismo, a alienação, o desenraizamento, desde então exaustivamente estudadas.

Toda esta problemática tornou-se relevante, no Brasil, com a aceleração do processo de urbanização ocorrido na década de 50 quando se alterou o patamar da industrialização e a nossa auto-imagem cultural, decorrências manifestas em estudos específicos. Surpresos pela dimensão desse processo, assistimos, na década de 60, o aguçar da curiosidade sociológica, expressa em um sem número de publicações sobre as condições de vida da população trabalhadora nas grandes cidades. A década de 70 foi marcada pela intervenção tecnocrática, ordenadora e simplificadora da realidade urbana, exercida através do planejamento compreensivo. Na altura dos anos 80, já estavam claros os limites de atuação de tal proposta e a dimensão política inundou os estudos e planos elaborados, focando o conflito de interesses entre grupos e classes. Rompem os anos 90 e o olhar ecológico que ora se debruça sobre a casa do homem estranha o que vê: o lugar é inóspito e as conseqüências da ocupação urbana extrapolam os limites da cidade para varar o planeta. O objetivo agora é ajustar a atuação humana às leis de equilíbrio do ecossistema, aliando política e tecnologia.

O espaço urbano, transformado em mercadoria pela sociedade capitalista para maximizar o valor de troca, volta-se contra seu criador

Tanto as questões mais longínquas quanto as mais próximas devem ser analisadas. O cotidiano das cidades - o trânsito, as condições de saneamento e saúde, o abrigo em sua definição mais elementar, o desemprego, a decadência da produção e da apropriação popular dos bens culturais, a destruição do patrimônio histórico - é responsável pelo estranhamento da microvisão que freqüentemente transmite uma imagem psicológica de caos urbano. Esta imagem e esse cotidiano parecem afastados - novo estranhamento - das análises dos impactos mais globais e

distantes, quais sejam: a erosão decorrente de práticas culturais agrícolas, os desmatamentos, a contaminação por defensivos, a extinção das espécies, a ameaça à camada de ozônio... O que está próximo e imediatamente sensível mas mais opaco a uma visão articulada de conjunto.

Aqui trata-se de deslindar algumas questões pertinentes ao vivido do homem urbano. Um ponto de partida adequado parece ser o clamor geral por melhoria da qualidade de vida. Em torno desta bandeira, baralham-se, estranhamente, os discursos da esquerda e da direita - afinal, alguém seria contra a melhoria da qualidade de vida? - distorcendo as imagens dos objetivos a serem alcançados e dos meios a serem utilizados.

É óbvio que, em que pesem as recentes alterações do equilíbrio político mundial, as classes sociais continuam a ter perspectivas diferenciadas de vida, quer dentro de uma nação, quer entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido. O espaço urbano, transformado em mercadoria pela sociedade capitalista para maximizar o valor de troca, volta-se contra seu criador. Dará a terra urbana - reserva de valor - sempre o tom do crescimento das cidades, deixando-nos em falta de... qualidade de vida? Ou, melhor que qualidade de vida, não será o valor de uso do espaço a forma mais adequada de expressarmos, científica e socialmente, as novas exigências que se colocam?

O valor de uso do espaço urbano nos remete às qualidades ambientais requeridas para a satisfação das necessidades concretas e específicas do homem no exercício de sua cidadania. Conforme Marx, tais necessidades nascerão do estômago ou da fantasia, ou seja, do desejo ou das contingências próprias da vida urbana em permanente mudança.

Posto nesses termos, podemos retomar a distinção entre as exigências de valor de uso feitas por cada classe social urbana, decorrentes de sua inserção diferenciada na atividade produtiva e de processos ideológicos específicos. O acesso a equipamentos urbanos e serviços comunitários tem sido a meta inalcançada da população trabalhadora. Neste momento, quantidade (extensão) e qualidade. O atendimento dessas metas - saneamento, drenagem, pavimentação, luz, escola, saúde - tende a ser, dentro da boa prática construtiva urbana, plenamente compatível com as metas de conservação ambiental.

As classes proprietárias, no entanto, requerem um valor de uso que significa o refinamento qualitativo e a expansão da sua pauta de consumo. Aqui, nem sempre a visão será tão clara: a expansão do consumo, com o aumento do lixo gerado e a pressão sobre os recursos naturais, trabalha contra as metas ambientais. Resta lembrar que este diagnóstico já está sobejamente elaborado no que diz respeito às rela-

ções entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido.

Parece também - parece - que o apoio a objetivos mais distanciados do cotidiano urbano, fora dos organismos científicos, vem também deste grupo: seriam exemplos destes objetivos a conservação das espécies, a produção de alimento isento de agrotóxicos, a proteção às florestas tropicais, a preservação do patrimônio histórico mundial.

A demanda por equipamentos de melhor qualidade estará ou não de acordo com aquelas metas, e esta análise não parece ter sido ainda esgotada. Aqui também pode haver divergências sobre em quem incidirão os custos financeiros e sociais de tal refinamento. Trata-se de questões sócio- ambientais como a diminuição dos ruídos e das ilhas de calor nos centros metropolitanos, a oferta de parques de lazer urbanos e regionais, a invasão e sucessão de grupos sociais distintos no espaço, a renovação urbana, os padrões ecossensíveis de ocupação do solo...

Seria possível imaginarmos um processo simplesmente técnico de atendimento a metas oriundas de classes diferentes? A resposta é não! Aquilo que pode ser apresentado como sendo um continuum onde quantidade se transmutaria em qualidade, para escalas diferentes de valores, é negado pela lógica do valor de troca do solo urbano: o preço da terra mais distante e menos atendida por serviços urbanos é que remunera o capital em patamares considerados adequados pelos proprietários. A diferença entre estes preços e os dos terrenos mais centrais e melhor servidos é o sobrelucro que defendem. Além disto, o permanente refinamento dos serviços nas áreas ocupadas por população de alta renda é que garante a manutenção deste diferencial. E, quando os serviços podem ser estendidos a parte da população suburbana, isto normalmente significa que novas áreas, maiores e mais distantes, serão abertas para a população de baixa renda com o "grau de atendimento" anterior.

O valor de uso do espaço urbano nos remete às qualidades ambientais requeridas para a satisfação das necessidades concretas e específicas do homem no exercício de sua cidadania

Lembramos aqui, à guisa de explicação, o papel primordial da rede de transportes coletivos e da "reserva técnica" (para usar o jargão do ramo imobiliário) para sustentar este processo especulativo. Em outros termos, a expansão da malha urbana, gerida pela lógica do valor de troca, tem superado continuamente a capacidade do poder público de dotar as novas áreas de serviços e equipamentos básicos, e este processo está na base da valorização dos terrenos mais centrais.

Após este balanço, resta recolocar em discussão a possibilidade de um planejamento ambiental e urbano centrado na lógica do valor de uso dos espaços privados e comunitários, locais e regionais. O apoio a este tipo de planejamento começa a crescer e isto é variável política importante. Mas não basta tão somente defendermos a "melhoria da qualidade de vida" porque isto significa coisas distintas para atores distintos, em que pese a possibilidade de acordo quanto a alguns pontos. Os objetivos político-ambientais para as cidades - aqui entendidas como suas relações entre si e com o campo - e os objetivos que permitam ao trabalhador usufruir da vida urbana, obedecerão também a escalas distintas de valores. Em um caso, as leis de regeneração da natureza colocam-se como primordiais, e no outro, elas deverão ser confrontadas com as exigências advindas do exercício da cidadania, que ressalta como valor maior na pólis. É nesta contraposição de escalas e interesses que seremos, em momentos dados, chamados a arbitrar sobre alternativas políticas conflitantes que incidirão sobre a casa do homem - cidade ou planeta.

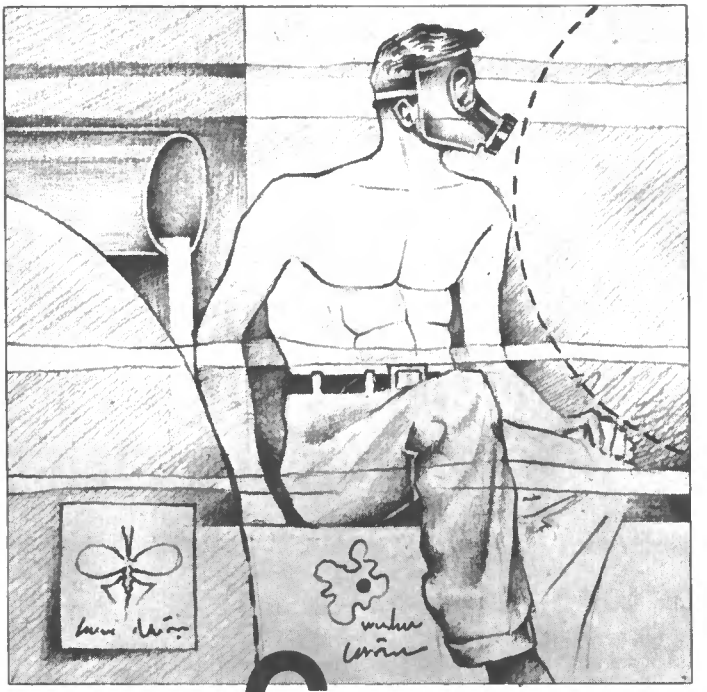
REFERÊNCIA

(1) A paternidade do vocábulo Ekologia é atribuída ao zoólogo alemão Haeckel, onde oikos = casa.

Beatriz Couto
João Villaschi
Professores do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Qualquer movimento político aceita como ponto de partida as diferenças, mas é para superá-las - é o que se chama, politicamente, a dialética."

(CASTORIDADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel - Da Ecologia à autonomia (De l'ecologie a l'autonomie). Coimbra, Centelha, 1981)



C&T

■ O professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental Léo Heller, presidente da ABES-MG, questiona não apenas conceitos como a situação do saneamento básico no Brasil

LÉO HELLER

Em discussão, um conceito abrangente de saneamento básico

Tem-se verificado, com sistemática freqüência, uma redescoberta valorativa do **saneamento básico,** sobretudo nas discussões relativas às concorridas questões ambientais e às não menos contemporâneas, particularmente em tempos de cólera, reflexões acerca da saúde pública.

Observa-se, contudo, por parte daqueles profissionais que visualizam esse campo do conhecimento de fora para dentro, uma certa dificuldade, que beira a aversão, de penetrar na caixa preta. Em sentido oposto, o universo de profissionais da área da Engenharia Sanitária aos quais é confiada a responsabilidade de atuar no campo do saneamento básico não se caracteriza por intensas análises de cunho conceitual, capazes de melhor situar a sua atuação no contexto científico e conjuntural.

Representa um instigante desafio, portanto, buscar posicionar a abrangência do saneamento básico e o seu mosaico de interrelacionamentos disciplinares, além de seus aspectos conjunturais, com uma linguagem entre o mito das caixas pretas e a síndrome do rompimento da redoma.

Uma consulta a textos que se detêm na conceituação do saneamento básico demonstra um delineamento muito mais dos objetivos da disciplina do que propriamente do seu objeto de abrangência.

Classicamente, "saneamento é o conjunto de medidas, visando a pre-

servar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde" (1) ou, segundo a Organização Mundial da Saúde, "o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre o seu bem-estar físico, mental ou social". Observa-se, portanto, uma associação intrínseca entre o conceito de saneamento e o objetivo de promoção da saúde, coerente assim com a própria origem etimológica do termo, oriundo de são.

Naturalmente, esse conceito pode ser ampliado, no que tange aos objetivos da disciplina, incluindo, ao lado do aspecto vinculado à saúde pública, também as vertentes de promoção de conforto para o homem e de proteção ambiental.

Sob esse último enfoque, é importante destacar que, empregando-se a metodologia convencional adotada nas análises ambientais, o enquadramento conceitual da ausência de condições de saneamento básico fica patente.

De fato, condições inadequadas de saneamento básico tornam indiscutível a degradação do meio físico, seja pelo decaimento dos níveis de oxigênio dissolvido nos cursos d'água, submetidos ao lançamento de esgotos, seja pelo comprometimento da qualidade do solo devido à disposição inadequada de resíduos sólidos, por exemplo. Da mesma forma, o é a ação nociva sobre o meio biótico, como o impacto, sobre a fauna e a flora aquáticas, do lançamento de matéria orgânica. E, obviamente, as condições insalubres de vida a que são submetidas as populações - o meio antrópico - alijadas do acesso aos serviços representam impacto de magnitude não qualificável apenas pelos índices das estatísticas vitais, mas com conseqüências, de natureza psicossomática, ainda por serem melhor conhecidas.

Representa um instigante desafio buscar posicionar a abrangência do saneamento básico e o seu mosaico de interrelacionamentos disciplinares, além de seus aspectos conjunturais, com uma linguagem entre o mito das caixas pretas e a síndrome do rompimento da redoma

A generalidade das definições comporta, porém, interpretações va-

riadas quanto ao objeto da disciplina. Embora desejável que não se cerceasse o campo de atuação da Engenharia Sanitária, permitindo-se livremente sua extensão a todas aquelas ações enquadradas na definição apresentada, situações específicas, como a organização institucional do Estado, a delimitação curricular da formação profissional ou as próprias atribuições profissionais, exigem essa precisão.

Assim, são encontradas desde definições absolutamente estreitas, como a adotada pelos formuladores do PLANASA - Plano Nacional de Saneamento - em 1971, que abrigou na expressão saneamento apenas as ações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, até conceituações bastante amplas. Nessas últimas, podem ser englobados, por exemplo, os chamados saneamento dos alimentos, das habitações, dos locais de trabalho e das escolas, além da higiene industrial e o controle da poluição atmosférica e sonora (2).

Alguns técnicos chegam a defender uma classificação de caráter mais acadêmico, diferenciando o saneamento básico do saneamento ambiental, esta última expressão englobando um universo mais abrangente de ações. Adotando-se, todavia, para efeito da presente abordagem, como o campo de ação do saneamento básico a tendência hoje mais dominante no País, podem-se enumerar as seguintes subáreas abrangidas:

- o abastecimento de água, caracterizado como o fornecimento, às populações, de água em quantidade adequada e com qualidade que a enquadre nos chamados padrões de potabilidade;

- os sistemas de esgotos sanitários, compreendendo a coleta dos esgotos gerados pelas populações e a sua disposição de forma compatível com a capacidade do meio ambiente em assimilá-los;

- a limpeza pública, incluindo todas as fases de manejo dos resíduos sólidos domésticos, até a sua disposição final, também compatível com as potencialidades ambientais;

- a drenagem pluvial, significando a condução das águas de chuva, de forma a minimizar os seus efeitos deletérios sazonais sobre as populações e os patrimônios;

- o controle de vetores de doenças transmissíveis, notadamente artrópodes e roedores.

Múltiplas interfaces

Uma avaliação, mesmo que superficial, relativa à prática do saneamento básico, oriunda da operacionalização das cinco subáreas descritas, descortina a necessidade de interfaces com um rico mosaico de disciplinas e de emprego de diversas ciências auxiliares. Tal necessidade configura uma rede de ciências e disciplinas vinculadas tentacularmente com a Engenharia Sanitária, criando inclusive a pos-

sibilidade de sua prática sob um enfoque científico avançado e criativo.

Entretanto, baseado na realidade geral das relações interdisciplinares no país, são certamente poucos os ingênuos que imaginam uma fluida e entrosada prática envolvendo as diversas disciplinas afins.

De fato, buscando-se o reflexo das preocupações hoje verificadas na abordagem da questão ambiental, da qual inclusive não há como dissociar a Engenharia Sanitária, alguns paralelos podem ser estabelecidos.

A abordagem ambiental, hoje intensamente analisada sob o prisma epistemológico e filosófico, vem propondo uma evolução da atual prática multidisciplinar para a interdisciplinar, e desta para a transdisciplinar. Enquanto o primeiro termo tem sido associado simplesmente a uma abordagem a partir dos diversos pontos de vista próprios às várias disciplinas científicas, a visão transdisciplinar evolui, de um relacionamento de completa interação entre as disciplinas, característico da visão interdisciplinar, para uma fecundidade recíproca entre estas. Nesse caso, os objetos são analisados a partir da ótica das várias disciplinas, porém cada uma incorporando o método das demais. Pretende-se, assim, uma contraposição ao método cartesiano-newtoniano, de caráter reducionista, e a introdução de uma visão holística, ou a compreensão da realidade através de "totalidades integradas" (3).

Buscando-se o reflexo das preocupação hoje verificadas na abordagem da questão ambiental, da qual inclusive não há como dissociar a Engenharia Sanitária, alguns paralelos podem ser estabelecidos

Mesmo que relativamente remota a implantação de tal metodologia na prática da Engenharia Sanitária, é patente a multiplicidade de relações disciplinares dela característica. No plano de suas interfaces com outras áreas afins, podem-se enumerar algumas, de óbvios vínculos científico, profissional e institucional:

- recursos hídricos: com evidentes interrelações, sob o aspecto quantitativo, nos campos do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e da drenagem pluvial; e, sob o aspecto qualitativo, nas áreas do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e da disposição dos resíduos sólidos;

- urbanismo: no que se refere às ações de saneamento básico sob o

aspecto de infra-estrutura urbana, indissociável do planejamento e do desenvolvimento das cidades;

- meio ambiente: em função das relações já apontadas, responsáveis pela atual tendência de consolidação da chamada Engenharia Ambiental, com intensas afinidades disciplinares com a Engenharia Sanitária;

- saúde pública: de cujo distanciamento a Engenharia Sanitária tem sido vítima, com visíveis conseqüências nas distorções observadas em sua própria operacionalização, na qual o eixo norteador das políticas públicas deslocou-se, nas últimas décadas, do campo da saúde para a visão dos serviços como bens de consumo, através do paradigma da viabilização econômico-financeira.

Por outro lado, pode ser destacada uma série de disciplinas ou ciências de caráter instrumental, ou seja, que fornece ferramentas operacionais para a prática da Engenharia Sanitária, como a biologia, a química, a hidráulica, a hidrologia, a hidrogeologia, a matemática e a estatística. Sob um enfoque mais amplo da prática disciplinar, não podem deixar de ser lembradas inter-relações ainda com a demografia, a pedagogia (educação sanitária), a antropologia, além das ciências sociais, políticas e da própria filosofia.

Panorama nacional

Estatísticas (4) apontam existirem cerca de 50 milhões de brasileiros sem acesso à água encanada. Grande parte dos restantes quase 100 milhões recebem água potável em quantidade inadequada para sua higiene.

As mesmas estatísticas mostram que mais de 70% da população brasileira não possuem seus esgotos coletados, configurando portanto um quadro de extrema vulnerabilidade a um sem número de enfermidades. Possivelmente, do volume de esgotos coletados dos privilegiados 44 milhões de brasileiros, menos de 5% recebam alguma forma de tratamento antes de serem lançados nos recursos hídricos nacionais, situação que gera um dos mais graves problemas ambientais nacionais.

Pelo mesmo caminho, 70 milhões de cidadãos não têm seu lixo coletado, sendo que a população beneficiada por esse serviço produz diariamente 90 mil toneladas de resíduos, dos quais 97% são dispostos no ambiente de forma sanitariamente inadequada, provocando a poluição do solo e das águas e constituindo um manancial seguro para um razoável número de vetores das nossas permanentes endemias.

A situação de drenagem das cidades brasileiras é igualmente crítica, haja visto as rotineiras inundações pelas quais são vitimadas. E o quadro não difere do campo do controle de vetores, bastando as-

sociar o desmantelamento das instituições responsáveis por essas ações com a insistente presença no nosso cenário sanitário de enfermidades como a dengue, a febre amarela, a malária, a doença de Chagas e a leishmaniose.

A ausência de compromisso entre as políticas nacionais de desenvolvimento (ou da falta dele) e a recuperação das condições sanitárias da parcela mais desassistida da população fica patente ao se analisar o quadro mundial. Dados da UNICEF (1991) apontam que o Brasil, em 1989, exibia o 47º maior PNB per capita, dentre os 129 países mais populosos do mundo. Entretanto, ao se analisar o desempenho do País, através dos indicadores de saúde, sua posição cai para:

- o 67º lugar para a taxa de mortalidade infantil, o de 61 para cada 1.000 crianças nascidas vivas (e o 100º lugar entre 170 países);
- o 63º lugar na expectativa de vida, de 65 anos;
- a 83º colocação em termos da taxa de redução anual da mortalidade de menores de 5 anos, no período 1980-89, indicador particularmente importante por demonstrar a eficácia dos programas de saúde pública e de saneamento básico no período.

Observe-se, desse modo, a dicotomia entre desenvolvimento econômico e melhoria das condições de saúde, corroborando o quadro sanitário nacional.

Estatísticas apontam existirem cerca de 50 milhões de brasileiros sem acesso à água encanada. Grande parte dos restantes 100 milhões recebem água potável em quantidade inadequada para sua higiene

É importante destacar ainda que tal situação não deve ser, de maneira simplista, atribuída apenas a uma ausência de prioridades para o setor de saúde e de saneamento básico, uma vez que, nesse último, investimentos, mesmo que inferiores às demandas globais, foram realizados na última década. A partir do início da década de 70, um valor médio próximo a US$ 1 bilhão anuais vem sendo aportado pelo governo federal para financiamento de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no país. O que deve ser indagado é se o setor tem sido eficiente na efetiva conversão desse recurso em melhoria de qualidade de vida da nação. Algumas distorções institucionais sugerem que talvez

esses reflexos pudessem ter sido melhor otimizados.

Distorções

Não comporta o presente texto uma extensa análise das políticas que vêm sendo praticadas no setor e de seus entraves e suas distorções. Cabe, entretanto, situar uma breve síntese histórica e o panorama conjuntural.

Um marco histórico que indiscutivelmente caracteriza a trajetória mais recente do saneamento básico no país é a formulação, em 1971, portanto durante o período militar, do PLANASA, destinado a atender à população do país com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Tal plano defendia, entre outros aspectos, a viabilização econômico-financeira global do setor, assentada no retorno tarifário dos investimentos. Previa, também, o financiamento do setor com os recursos do FGTS. Para tanto, instituiu o repasse dos recursos para o nível federativo estadual, ensejando a criação das CESBs - Companhias Estaduais de Saneamento - em cada estado da federação.

A mecânica de transferência de recursos do FGTS para os municípios, portanto, previa a assinatura de um contrato de concessão dos serviços para as CESBs, que se constituiriam na mutuária do financiamento e, em conseqüência, as responsáveis pela construção e operação desses sistemas. Tal concessão esbarra na autonomia municipal assegurada pela Constituição Federal, o que veio a exigir que sua autorização devesse ser submetida necessariamente às Câmaras de Vereadores.

Essa sistemática gerou, do ponto de vista político municipal, por um lado um processo de pressões por parte dos governos estaduais para a autorização das concessões e, por outro, a negativa de alguns municípios, particularmente os de maior porte, em aquiescer com essa transferência. Esse último fato foi responsável pela falha de uma das teses básicas do PLANASA - a economia de escala como um instrumento da viabilização global. E provocou uma grave e injusta discriminação, ao se determinar a aplicação dos recursos do FGTS - oriundos da contribuição individual dos assalariados celetistas de todo o país - em alguns municípios apenas, incluindo os que cederam às pressões, nem sempre legítimas, para a outorga da concessão dos serviços.

A situação atual do setor consiste em uma completa perplexidade institucional. O atual governo federal, no início de seu mandato, incorporou um discurso crítico ao PLANASA e prometeu recursos para saneamento básico, como jamais ocorreu no país. A prática tem demonstrado, no entanto, como de resto nos demais setores da vida nacional, um grande distanciamento do discurso. Por um lado, os recursos liberados

têm atingido um percentual pouco significativo dos anunciados e, por outro, a desmarginalização dos municípios vem ocorrendo, porém de forma perversa. Esta, representada pela autorização de financiamento diretamente para alguns municípios autônomos, vem acompanhada do famigerado processo de intermediação de recursos, regra geral patrocinada pelas próprias empresas a serem contratadas para a execução das obras.

Em síntese, pode-se afirmar que o atrelamento do setor de saneamento básico nacional ao objetivo de superação do atrasado quadro sanitário vivido pelo país carece de uma série de readaptações, dentre as quais destacam-se:

-a efetiva ampliação do conceito de saneamento básico, ultrapassando o estreito campo do abastecimento de água e do esgotamento sanitário;

-a não discriminação do atendimento a quaisquer segmentos da população;

-a aplicação austera dos recursos, extirpando qualquer tipo de prática lesiva ao patrimônio público;

-a introdução da visão de saúde pública na sua operacionalização, deslocando o objetivo das ações para a maximização de seus efeitos benéficos sobre a saúde das populações beneficiadas;

-a democratização das decisões do setor, através da criação de conselhos setoriais de âmbito nacional, estadual e municipal;

-a revisão do papel das Companhias Estaduais, imersas em uma cultura interna dissociada de um avanço global efetivo das políticas do setor;

- o reconhecimento da autonomia dos municípios, enquanto detentores da titularidade dos serviços.

O atrelamento do setor de saneamento básico nacional ao objetivo de superação do atrasado quadro sanitário vivido pelo país carece de uma série de readaptações

Direito da cidadania

Tem-se observado uma falsa disputa conceitual, representada pela discussão se o saneamento básico constitui uma ação de saúde pública, de meio ambiente ou de política urbana. Tal debate tem como pano de fundo a concepção institucional para a organização do setor e, em grande parte das vezes, traz atrás de si co-

notações corporativistas e de interesses nem sempre legítimos.

São indiscutíveis, como demonstrado, as profundas interfaces do saneamento básico com essa áreas, bem como com outras afins. É mais coerente, porém, assumir-se a identidade de suas ações, sem que se mostre necessário o seu atrelamento conceitual a qualquer desses campos disciplinares. Obviamente, tal abordagem não elimina necessidades conjunturais de alinhamentos institucionais, ou mesmo acadêmicos, com outras áreas.

Nesse aspecto, aceitar que saneamento básico é, antes de tudo, um serviço inerente aos direitos da cidadania e que, para o êxito de sua aplicação prática, é necessária uma postura não restrita ao enfoque da Engenharia, mas uma rica prática interdisciplinar e, quem sabe, futuramente transdisciplinar, constitui o enfoque que melhor redirecionará o setor para o atendimento universal da população brasileira e para a reversão do quadro sanitário nacional.

REFERÊNCIAS

(1) FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA - FSESP. **Manual de saneamento.** Rio de Janeiro: FSESP, 1981.

(2) BOTELHO, H. P. **Saneamento ambiental.** Belo Horizonte: EEUFMG, 1974.

(3) CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

(4) Catálogo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro: ABES, n. 15, 1990.

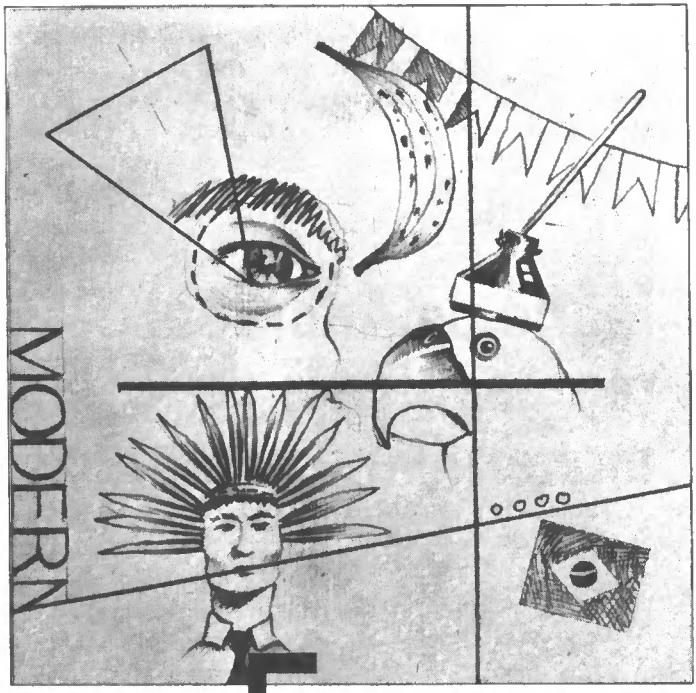
(5) HELLER, L. Engenharia sanitária: a interdisciplinaridade necessária. **Boletim Hidráulica & Saneamento.** Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 1-14, jan. 1991.

(6) Situação Mundial da Infância - 1991. Brasília: UNICEF, 1991.

Léo Heller
Professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG e presidente da ABES-MG - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Poderia pensar-se que a autoridade está hoje dessacralizada. Mas na realidade isso não é verdadeiro. O que, antigamente, sacralizava a autoridade, era a religião. Hoje, outra coisa tomou o lugar da religião e de Deus: (...) a significação imaginária do saber e da técnica."

(CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel - Da Ecologia à autonomia (De l'ecologie a l'autonomie). Coimbra, Centelha, 1981)



ENSAIO

■ O Modernismo fez 70 anos, merecendo uma abordagem da professora Eneida Maria de Souza, do Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura da FALE, sobre um de seus maiores expoentes, Mário de Andrade

Eneida Maria de Souza

Mário de Andrade, o representante do modernismo setentão

"Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína."

Caetano Veloso

Quando o movimento literário e artístico que abalou os primeiros anos do século completa 70 anos, a primeira reação é a de reverência a um tempo inegavelmente marcado por grandes mudanças culturais no país. Por outro lado, quanto mais velho o movimento, maiores oportunidades se apresentam para sua avaliação, pois estamos todos aparentemente mais maduros e literalmente "**fin-de-siècle**".

Com os olhos no presente e a atenção voltada para a releitura do passado é que pretendo refletir sobre o movimento modernista brasileiro, escolhendo um de seus maiores expoentes - Mário de Andrade - ao analisar a sua posição frente à memória, seja como escritor, pesquisador e homem público. A eleição de Mário como representativo desse momento cultural permite que se compartilhe do seu ideal de repensar o Brasil, retrato que estava sendo também esboçado e retocado pelos demais componentes da banda modernista. Retomar, nos tempos atu-

nacabado que exige sempre a agudeza de uma diferente visão.

A cultura brasileira encontrava-se, nessa época, em fase de renovação estética, pelo exercício revolucionário de experimentos e atos de vanguarda - a epidemia da ruptura e do novo -, ao mesmo tempo em que se estruturava um modelo de país politicamente ancorado no projeto de modernização, de feição autoritária e elitista. A convivência, em Mário, de dois pólos contraditórios da memória - no processo criativo e na atitude empreendedora do homem público -, longe de constituir um jogo de forças que se excluem, permite configurar o perfil igualmente contraditório do movimento. O estreito vínculo entre a ruptura de modelos estrangeiros e a descoberta de uma tradição cultural do país foi por muito tempo esquecido, ao se privilegiar, no modernismo, a leitura pelo viés da destruição e da vanguarda, em detrimento dos valores legados pela tradição. Repensar o caráter duplo desse processo consiste em abordá-lo pelo caminho sinuoso das margens, esquecendo-se astuciosamente da versão canônica que sempre flui na correnteza dos rios literários.

Lyotard, em artigo intitulado "Reescrever a Modernidade", apropria-se do processo de memória em Freud, a **perlaboração**, associando esse mecanismo de **anamnese** à escrita, à elaboração de um esquecimento inicial. O passado se lê a partir do que foi recalcado, seja por razões inconscientes, seja por limitações de ordem teórica e pessoal. Abandonam-se, então, as sínteses estabelecidas e deixa-se vir à tona um projeto, inacabado e inconcluso, a margem desconhecida do desenho anteriormente traçado. A Pós-Modernidade consiste, segundo Lyotard, na dobra da Modernidade sobre si mesma, no processo de releitura de seus princípios constituintes.

A Pós-Modernidade consiste, segundo Lyotard, na dobra da Modernidade sobre si mesma, no processo de releitura de seus princípios constituintes

Com Mário de Andrade, percebe-se a dupla posição diante do passado: utiliza-se tanto do mecanismo de "tradição da memória" como estratégia para apagar os rastros e esquecer lições herdadas da tradição, como revitaliza a memória dessa tradição, ao se empenhar na luta da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Como intelectual e homem público, colabora no Depar-

tamento Cultural do município de São Paulo, no Ministério de Educação de Capanema, elabora projetos e procura restaurar a "fraca" memória do país. Convivendo, de forma coerente, com a visão ambivalente da memória, irá optar, na criação artística, pelo apagamento dos modelos e a rasura das origens, cujo exemplo mais significativo é Macunaíma, o grande desconstrutor de linguagens.

O autor confessa, em várias oportunidades, ser a ausência de memória um dos maiores defeitos de sua formação intelectual: "(...) toda minha erudição está nas fichas ou dorme nos volumes. Em mim só conservo melancolicamente como que um salão depois do baile. Pelos riscos no chão, pelas migalhas, pela desordem das cadeiras, a gente percebe que muita coisa se passou ali...". Nesse e noutros momentos, revela-se contrário à prática da memória como marca de erudição e acúmulo de saber. O que mais importa, no ato de rememoração, é o resíduo do instante e o avesso do fato, as cenas esquecidas pelo observador comum.

Ressaltar essa face ambivalente de Mário é endossar uma postura diante da história da literatura e da própria crítica, ao serem retomados os discursos recalcados no passado ou a releitura das generalizações, as quais impedem um recorte mais complexo do sistema literário. O Modernismo, interpretado ao mesmo tempo como força de ruptura com os valores passadistas e como **perlaboração** da tradição, mantém sempre vivo o conflito entre o velho e o novo, o arcaico e o moderno, o passado e o presente.

O lado desconstrutor de Mário se concentra principalmente na criação de "**Macunaíma**", obra-prima do Modernismo Brasileiro, calcada na revisão de todo o populário nacional e no deslocamento parodístico de dogmas e cânones oficiais. Vampirizando o saber institucionalizado, Macunaíma representa a força revolucionária de uma aprendizagem em processo, embaralhando os textos da cultura erudita e o imaginário, constituído de lendas, contos populares e mitos indígenas. Inverte as frases feitas, os provérbios, desmetaforiza o discurso eloqüente dos doutores, rompendo com hierarquias e integrando-se à "fala impura" do papagaio, ave emblemática do herói.

A construção de uma nova visão de cultura brasileira se fundamenta no artefato simbólico de uma linguagem sem nenhum caráter, no amálgama de estilos e apropriações das mais diversas fontes do saber erudito e popular. O **esquecimento,** tal como acontece na prática recitativa dos rapsodos gregos e dos cantadores nordestinos, propicia a invenção e o improviso. Criar é esquecer modelos, driblar os versos guardados na memória, brincando com o arquivo cultural de forma a anarquizar com sua estrutura parasitária.

A defesa de um "nacionalismo pragmático" - a busca na realidade brasileira dos elementos constituintes da identidade - consiste, segundo o próprio autor, na recusa de uma aceitação passiva dos modelos da vanguarda européia. Por essa razão, esse projeto revela-se provisório e tende a se modificar ao longo da trajetória intelectual de Mário de Andrade. Como exemplo desse "nacionalismo pragmático", cite-se a transformação de Macunaíma no "brilho inútil das estrelas", por ter preferido a portuguesa às filhas de Vei, a Sol, representantes que são da civilização da luz. A punição do herói é decorrência de sua incapacidade de realizar algum empreendimento, deixando-se dominar pela preguiça dos trópicos e pelo abandono existencial.

Construção e ruína

O lado homem público do escritor não se afasta do seu lado artista, revelando-se, contudo, visão mais aguda da tradição. Ao se lançar na construção de um retrato de Brasil, apela mais uma vez para o intercâmbio de culturas, fundindo criticamente a européia com a nacional. Dentro desse espírito que está sempre se renovando, vale lembrar a visita da caravana paulista às cidades históricas de Minas, em 1924, repercutindo sobremaneira na convivência do velho com o novo, com o barroco mineiro, ao mesmo tempo marca da tradição e do exotismo. Ao eleger o barroco como traço significativo de nossa nacionalidade, comparando-o com o expressionismo alemão, Mário encontra aí a mesma deformação do objeto pelo olhar desconstrutor do sujeito. Ambos movimentos artísticos representam, para o escritor, o surgimento de um homem novo.

Criar é esquecer modelos, driblar os versos guardados na memória, brincando com o arquivo cultural de forma a anarquizar com sua estrutura parasitária

Explica-se o nacional pelo viés do expressionismo, sem que essa postura traduza uma forma de prisão ao modelo europeu. Pelo contrário, acena para o procedimento astucioso do esquecimento como saída para se criar o desenho simultâneo de dois momentos historicamente separados. Com a visão de presente - tanto da vanguarda européia quanto da releitura do barroco colonial - constrói-se o terceiro elemento que

se traduz em nova feição do nacional.

A revisão desse conceito se apóia nas ruínas de uma cultura que ressurge para fortalecer o presente; a tradição do patrimônio, em estado de abandono, merece ser urgentemente restaurada e recuperada. Nessa época de modernização do país - que tem sua fase áurea nos anos 30 com o governo de Vargas - dois princípios serão portanto obedecidos: 1) a proibição do plágio, uma vez que a propriedade pública deve ser preservada enquanto bem cultural do país. Reforça-se, por outro lado, o direito à propriedade privada e nega-se a apropriação indébita de bens culturais exercida pelo escritor no seu processo criativo. Inverte-se a premissa antropofágica: "só me interessa o que não é meu"; 2) a fidelidade à memória cultural do país será preservada e institucionalizada pela criação de órgãos governamentais, solicitando-se mais uma vez a concorrência da Europa, que fornecerá os modelos avançados de política de preservação do patrimônio. A importação da lição democrática e moderna não será, portanto, traída pelo projeto de modernização dos países emergentes. Macunaíma, no seu canto, iria rir dessa situação.

Percebe-se, de imediato, nos inúmeros textos que Mário escreve nessa época - cartas ou projetos referentes ao Departamento de Cultura ou ao Ministério Capanema -, o lado empreendedor do homem público, norteado por princípios nacionalistas e conservadores. Nesse ofício, o escritor se rende à sedução de projetos sistematizados e esquadrinhados para a construção da memória cultural brasileira. Impressiona-se, enquanto intelectual de formação auto didata, com a criação de universidades, apoiando a vinda de professores estrangeiros, dotados de instrumental técnico-científico capaz de suprir as deficiências do nosso ensino. São duas faces de uma mesma moeda: o arquivista se debate o tempo todo com o colecionador de objetos, colocados lado a lado sem nenhum critério de seleção ou sistematização. O escritor embaralha o arquivo e o pesquisador esquece, às vezes, de brincar com os bens culturais. Nasce, contudo, desse conflito, uma das obras mais intrigantes do Modernismo Brasileiro.

Cartas ao futuro

Na atualidade, o estudioso de Mário de Andrade conta ainda com a publicação gradativa de sua correspondência, permitindo que se reconstitua com mais fidelidade a memória desse período. Vasculha-se também o arquivo do escritor, à cata de inéditos e documentos que completem a difícil composição de seu retrato. A **marginália** de Mário de Andrade, pelo seu caráter sempre inacabado e aberto a novas descobertas, reforça a necessidade de proceder sua leitura para melhor conhecimento do próprio Modernismo.

O autor de uma vasta correspondência continua ainda escrevendo cartas para os artistas e escritores contemporâneos, atualizando o recado lançado por Villa-Lobos, que acreditava ser sua música cartas endereçadas ao futuro. A obra de Mário ressoa até hoje em vários textos, fornecendo conceitos que serão metaforicamente desdobrados e adaptados a novas situações. Augusto e Haroldo de Campos, Silviano Santiago, para citar alguns dos escritores-leitores mais freqüentes do Modernismo, se apropriam tanto da **antropofagia** oswaldiana quanto da **traição da memória** marioandradina para efeito da invenção artística, da tradução criativa ou da releitura de modelos teóricos e artísticos.

Silviano Santiago, ao se valer da lição de Mário que faz da própria dor a felicidade, encontra uma forma de pensar a literatura brasileira contemporânea desvinculada de um discurso calcado no ressentimento e na culpa. Essa posição coloca ainda em nível de quase igualdade os discursos da metrópole com os da literatura terceiro-mundista, uma vez que esta deverá ocupar, no diálogo, o papel de interlocutora, ao invés de receptora passiva da cultura do outro.

Caetano Veloso soube também transfigurar, poeticamente, a repressão política e os gritos de revolta dos anos 60, na belíssima música "Alegria, Alegria". Escolhe o espetáculo cotidiano da guerrilha para denunciá-lo, sem lamentações e ressentimentos, mas sob a forma de uma aventura feliz e um saber alegre.

A marginália de Mário de Andrade, pelo seu caráter sempre inacabado e aberto a novas descobertas, reforça a necessidade de proceder sua leitura para melhor conhecimento do próprio Modernismo

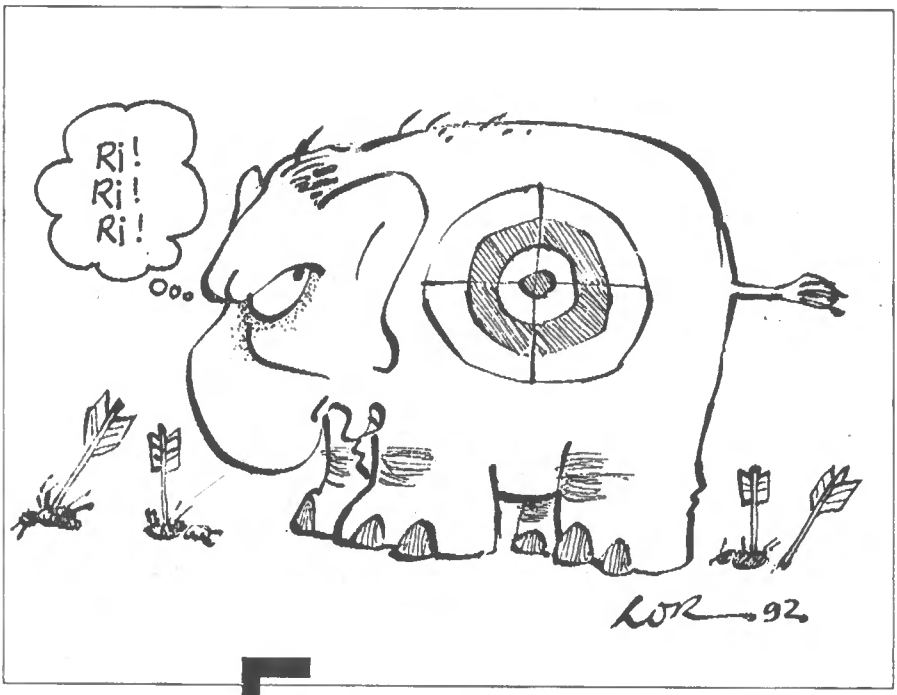
"Há uma dor e uma alegria de estar, de alguma forma, fora da ordem mundial." Com a assinatura de Caetano selo ainda este breve esboço de uma imagem de Brasil, motivado pela visita ao Modernismo setentão. O processo intermitente de construção e ruína, de luz e sombra, de dor e alegria, traça, portanto, o imaginário mapa do país. Na eterna indagação aberta pelo movimento modernista quanto à redescoberta de nosso horizonte cultural, bem como do lugar ocupado pelo país no con-

certo das nações, Caetano - nesse depoimento ao "**Jornal do Brasil**" sobre sua música "Fora da Ordem" - consegue se manter moderno, pela sua lucidez e atitude crítica diante dos descompassos culturais.

Por que é que as pessoas aceitam este sistema social tal como existe? Nós sentimos esta sociedade como não sendo livre. Nós vivemos com necessidades que não podemos satisfazer nessa sociedade (...) mas nós temos uma concepção da vida segundo a qual se deve fazer um trabalho útil durante algum tempo, mas o essencial do trabalho vemo-lo como uma criação, que ultrapassa de longe o que podemos fazer nesta sociedade em que somos obrigados a trabalhar perpetuamente apenas para ganhar a vida."

(CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel - Da Ecologia à autonomia (De l'ecologie a l'autonomie). Coimbra, Centelha, 1981)

Eneida Maria de Souza
Professora do Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura da FALE da UFMG



EXTRA

- O humorista e professor da Educação Física LOR se retrata de um mal entendido provocado por sua piada publicada no número anterior de CAMINHOS.
- A Serra do Curral, um dos mais belos patrimônios naturais de Belo Horizonte, num poema de Ronald Claver, professor do Coltec.

LOR

Humorista se retrata - ou as mil leituras de uma arte ilegível

Caro leitor, provavelmente você nem reparou que na última edição de CAMINHOS havia um desenho de um elefante. Se percebeu o elefante, talvez não se lembre que sobre ele havia formiguinhas confortavelmente instaladas entre seus grossos pelos. Mais improvável ainda é que se recorde que o elefante deu uma sacudidela e as formigas foram ao chão. Se a sua vista e memória forem realmente boas, terá percebido que apenas uma delas, chamada Pubi, permaneceu sobre o elefante. Reconheço que você terá uma mente privilegiada se lembrar que a Pubi, desesperada, gritou para suas companheiras: "E agora, o que eu faço?". Certamente, será um exagero esperar que ainda tenha registro, nas suas recordações, daquela resposta das formiguinhas ao solo: "Enforca! Enforca!". Agora, o máximo da minha realização profissional como humorista seria se você, meu caro amigo, tivesse percebido que o elefante é a caricatura do presidente Fernando Collor.

Reconheço que muitas pessoas podem não ter percebido a caricatura do Collor, o que assumo como incompetência técnica exclusivamente minha, ao tentar transformar o esbelto símbolo da modernidade num grosseiro paquiderme, este retrato da burocracia que não existe mais no nosso país nem na nossa Universidade.

Admito que muitos leitores não tenham entendido a piada, o absurdo

que as companheiras caídas (e justamente revoltadas por isso) exigem da pobre Pubi em vingança. Acho razoável que a maioria dos leitores não identifique nas formigas caídas aqueles colegas que não participam do movimento docente mas esperam que o seu sindicato enforque todas as nossas dificuldades. Acho compreensível que muitos não tenham associado a formiga-restante com nossa associação de docentes pois, afinal, tantos nem votaram ou sequer acreditam em eleições.

Finalmente, aceito que o contexto geral da revista CAMINHOS poderia ter induzido em você, leitor, a expectativa de uma piada explícita, dessas que são dirigidas a um alvo de plantão, que todos já identificaram.

Mas não consigo compreender como aquele elefante poderia ser uma crítica à Andes, nossa gloriosa entidade-mãe (sem nenhum sentido pejorativo para as palavras "nossa", "gloriosa", "entidade" e "mãe", caros líderes, editores, conselheiros, revisores e demais pessoas suscetíveis de serem ofendidas). Me preocupa que alguns tenham entendido que o fato da formiguinha Pubi ter permanecido sobre o elefante queria dizer que a APUBH seria a única associação de docentes que se mantinha no exercício correto da militância. O preocoupante é o ato falho destas pessoas ao identificarem o movimento docente com o que deveria ser o Collor e seus cocôs.

Nem importa o fato de que o desenho foi feito anterior e independentemente do conflito Andes-APUBH. Se não houve má fé na montagem pública destas interpretações do desenho com o editorial da revista CAMINHOS, houve, como direi?, redução numérica do número de neurônios encarregados do senso de humor que, aliás, são os mesmos da inteligência.

No meio destas leituras possíveis da piada do elefante, surgiu quem defendesse meu desenho: ele não seria um ataque à Andes mas uma ilustração do texto ao lado sobre o Leste Europeu! Melhor seria que meus defensores públicos (no sentido jurídico mesmo) me chamassem num canto e dissessem: não entendi sua piada, explica aí. E eu não teria explicado mas também não teria publicado, porque piada explicada já nasce morta.

Lor
Professor do Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física da UFMG

RONALD CLAVER

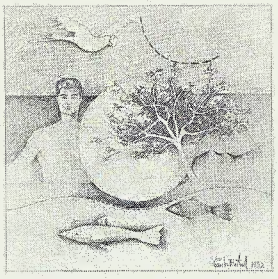
CURRAL DEL REI

I - Era uma vez uma montanha que rodeava a cidade
A montanha era uma vez que rodeava a cidade
A montanha que rodeava a cidade era cada vez mais uma vez
Uma vez a montanha que rodeava a cidade já era

II - Curral del Rei era o nome de Belo Horizonte
Um dia o rei foi embora e o curral virou serra
A Serra do Curral tinha um horizonte belo
Os homens acharam que horizonte é palavra bonita
E multinacionalmente levaram o substantivo e a serra

III - O trem que leva o minério de Minas para o Rio
é um trem igual aos outros que leva o minério
um pouco da paisagem, do ar e da brisa
Um trem igual aos outros vai levando o minério
a paisagem, o ar, a brisa de fim de tarde
e um pouco do horizonte ainda belo

Ronald Claver
Professor do Colégio Técnico da UFMG



A revista Caminhos é uma publicação semestral da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH -, voltada à reflexão dos mais variados temas atinentes à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.